

A LUTA DAS **MULHERES** MUDA O MUNDO



Bancada do PSOL na
Assembleia Legislativa do RS
Deputado Pedro Ruas



mulheres de todo o mundo



Por um mundo onde
sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes
e totalmente livres.

Rosa Luxemburgo

Créditos e Agradecimentos

Esta cartilha é resultado de extenso trabalho e de um esforço cooperativo, traz um pouco dos nossos direitos já conquistados e artigos de algumas das mulheres que de alguma forma representam a nossa luta. Nasceu do desejo de contribuir com o formação de mais mulheres feministas. A Bancada do PSOL na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e o mandato do Deputado Pedro Ruas agradecem às autoras dos textos.

Organização e Planejamento

Luciana Genro

Gabi Tolotti

Raquel Matos

Colaboração

Giulia Tadini

Giovana Marcelino

Nathalia Bittencourt

Revisão

Samir Rosa de Oliveira

Apoio

Fundação Lauro Campos

Juntas!

Projeto Gráfico e Diagramação

Louise Kanefuku

Fotos

Carolina de Goés

Esdras Carlos

Fernanda Piccolo

2016

Índice

- 6 Apresentação**
Luciana Genro
- 7 Conheça seus Direitos**
- 15 Contatos Úteis**
- 22 Contribuições para o Debate**
- 23 A luta das mulheres muda o Mundo!
Coletivo Juntas!
- 25 A nova onda feminista e as lutas do presente
Fernanda Melchionna
- 28 As múltiplas faces da violência contra a mulher
Rosana Pinheiro-Machado
- 31 Combatendo a cultura do estupro: ensine os homens a respeitar e não as mulheres a temer!
Sânia Bomfim
- 34 Para compreender que sem a luta das mulheres negras não há revolução feminista possível
Kassiele Nascimento e Winnie Bueno
- 36 Lesbianidades, movimentos feministas e LGBTs
Fernanda Nascimento
- 39 A luta transfeminista - Pelo direito de ser!
Luiza Eduarda do Santos
- 42 O aborto e a legalização do aborto: Uma especial reflexão
Márcia Tiburi
- 45 Se essa rua fosse minha
Júlia Franz
- 48 Igualdade da Mulher: uma luta que precisa ser assumida por toda classe trabalhadora
Carmen Padilha
- 50 A luta das mulheres na periferia
Elia Daguerre
- 52 Balanta: aquelas que resistem
Negralísi
- 55 Contra o machismo nas escolas: lute como uma menina
Marcela Pellin e Fabiana Amorim
- 57 Dicas**
- 58 Filmes
- 63 Livros



Apresentação

Luciana Genro

A primavera de 2015 foi das mulheres. Ganhamos visibilidade saindo às ruas contra Cunha e sua tentativa de dificultar o acesso aos contraceptivos e ao aborto legal. Esta luta foi expressão de um processo muito maior. A mídia teve que abrir espaço, como na campanha “Agora é que são elas”, quando mulheres escreveram no lugar de colunistas homens. A televisão teve que mostrar o papel das meninas nas ocupações das escolas em São Paulo, e a hashtag #LuteComoUmaMulher viralizou nas redes. Até no ENEM nossa luta se expressou. Estamos mais conscientes do quanto somos oprimidas e discriminadas e cada vez menos dispostas a aceitar isso passivamente. Estamos em estado de rebelião contra o machismo.

Simone de Beauvoir, uma das feministas pioneiras, definiu que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, pois o “ser mulher” é uma construção social que nos educa à submissão. Pois este jogo está virando. Estamos nos tornando sim, mulheres, mas mulheres feministas, às vezes até sem que nos demos conta disso. O “ser mulher feminista” também é uma construção, só que oposta à lógica dominante. É não aceitar a violência doméstica como algo natural. É não aceitar que nossos salários sejam mais baixos e

nossos empregos piores do que os dos homens. É partilhar a criação, a educação dos filhos e as responsabilidades domésticas com nossos parceiros. É não aceitar que a cor da pele condene as mulheres negras às senzalas modernas. É lutar pelo nosso direito de decidir se queremos ou não ser mães, se queremos ou não - e com quem - fazer sexo. É exigir nosso direito a andar na rua em paz, sem que sejamos assediadas e julgadas pela nossa aparência e nossas roupas. É exigir respeito, que não levantem mais o dedo para nós.

Esta cartilha, que traz nossos direitos já conquistados e artigos de algumas das mulheres que de alguma forma representam a nossa luta, nasceu do desejo de contribuir nesta rebelião. Uma rebelião imparável, assim como aquela retratada no filme sobre a luta das sufragistas. Ali, sob o fogo cruzado da polícia e da sociedade machista, as mulheres disseram: “Nós venceremos”. E venceram. E temos vencido cada vez mais. Seguiremos!

Luciana Genro

Coordenadora da Bancada do PSOL
na Assembleia Legislativa (2015-2016)

CONHEÇA
SEUS
DIREITOS



Sobre a Violência Doméstica

A Lei Maria da Penha estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado através de inquérito policial e remetido ao Ministério Público. Esses crimes são julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, criados a partir dessa legislação. Nas cidades em que ainda não existem estes Juizados, os crimes previstos na Lei Maria da Penha são julgados nas Varas criminais.

A Lei prevê proteção à mulher vítima de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, e tem validade mesmo sem denúncia da vítima. A lei também contempla as mulheres trans. Quaisquer agressões podem ser denunciadas 24 horas por dia, ao ligar para o número 180 da Central de Atendimento à Mulher, com garantia de anonimato. A Central de Atendimento à Mulher oferece informações sobre a lei e também atendimento psicológico, jurídico e social à vítima. Denúncias também podem ser feitas nas Delegacias de Defesa da Mulher.

A Lei n. 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, passou a ser chamada Lei Maria da Penha em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica, cearense, que foi vítima, por duas vezes, de tentativa de homicídio praticado por seu marido na época, um professor universitário e economista, e também pai de suas três filhas. Maria da Penha desde então se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres.

PRINCIPAIS INOVAÇÕES DA LEI MARIA DA PENHA

- Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Estabelece as formas da violência doméstica contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.
- Determina que a violência doméstica contra a mulher independe de sua orientação sexual e identidade de gênero.
- Determina que a mulher somente poderá renunciar à denúncia perante o juiz.
- Ficam proibidas as penas pecuniárias (pagamento de multas ou cestas básicas).
- Retira dos juizados especiais criminais (Lei n. 9.099/95) a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher.
- Altera o Código de Processo Penal para possibilitar ao juiz a decretação da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher.
- Altera a lei de execuções penais para permitir ao juiz que determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.
- Determina a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal para abranger as questões de família decorrentes da violência contra a mulher.

- Caso a violência doméstica seja cometida contra mulher com deficiência, a pena será aumentada em um terço.
- O Ministério Público apresentará denúncia ao juiz e poderá propor penas de três meses a três anos de detenção, cabendo ao juiz a decisão e a sentença final.

A Autoridade Policial

- A lei prevê um capítulo específico para o atendimento pela autoridade policial para os casos de violência doméstica contra a mulher.
- Permite prender o agressor em flagrante sempre que houver qualquer das formas de violência doméstica contra a mulher.
- À autoridade policial compete registrar o boletim de ocorrência e instaurar o inquérito policial (composto pelos depoimentos da vítima, do agressor, das testemunhas e de provas documentais e periciais), bem como remeter o inquérito policial ao Ministério Público.
- Pode requerer ao juiz, em 48 horas, que sejam concedidas diversas medidas protetivas de urgência para a mulher em situação de violência.
- Solicita ao juiz a decretação da prisão preventiva.

O Processo Judicial

- O juiz poderá conceder, no prazo de 48 horas, medidas protetivas de urgência (suspenção do porte de armas do agressor, afastamento do agressor do lar, distanciamento da vítima, dentre outras), dependendo da situação.
- O juiz do juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher terá competência para apreciar o crime e os casos que envolverem questões de família (pensão, separação, guarda de filhos etc.).

O QUE É VIOLENCIA CONTRA A MULHER?

Violência é o ato de agressão ou mesmo a omissão que causa sofrimento físico ou psicológico à vítima. Segundo a Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher pode ser física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

Violência física:

- Tapas • Empurrões • Chutes • Bofetadas • Tentativa de asfixia • Ameaça com faca
- Tentativas de homicídios • Puxões de cabelo • Beliscões • Mordidas • Queimaduras.

Violência psicológica:

- Humilhações • Ameaças de agressão
- Privação da liberdade • Impedimento ao trabalho ou estudo • Danos propositais a objetos de valor monetário ou sentimental • Danos a animais de estimação • Danos ou ameaças a pessoas queridas • Impedimento de contato com a família e os amigos.

Violência sexual

- Toques e carícias não desejados • Exibicionismo e voyeurismo • Prostituição forçada • Participação forçada em pornografia
- Expressões verbais ou corporais que não são do agrado da pessoa.

Violência moral

- Injúria • Calúnia • Difamação.

Violência patrimonial

- Destrução, venda ou furto de objetos pertencentes à vítima
- Destrução, venda ou furto dos instrumentos de trabalho da vítima
- Destrução de documentos da vítima ou de seus filhos
- Venda, aluguel ou doação de imóvel pertencente à vítima ou ao casal, sem autorização da mulher.

MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA

Ao dar queixa, na delegacia, a mulher pode pedir as medidas de proteção previstas na Lei Maria da Penha. Se a mulher pedir proteção, o delegado deverá pedir ao juiz que determine, conforme o caso, o seguinte:

- Proibição ou restrição do uso de armas por parte do agressor;
- Afastamento do agressor da casa, sem que, por isso, a mulher perca os seus direitos;
- Proibição do agressor de se aproximar da ofendida;
- Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores;
- Prestação de alimentos provisórios;
- Restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;
- Proibição para vender ou alugar o imóvel da família sem autorização judicial;
- Depósito do valor correspondente aos danos causados pelo agressor;

Como reconhecer que uma mulher está sendo violentada?

Hematomas não são, e não devem ser, a única forma de perceber que mulheres estão vivendo situações de violência. Alguns fatos podem ser um pedido de ajuda e devem chamar nossa atenção, como relatos de:

- Ataques a entes queridos, objetos pessoais ou a animais de estimação;
- Restrição de liberdades individuais, como impedimento de trabalhar fora, estudar, sair de casa, mesmo para visitas a familiares ou para ir ao médico;
- Práticas que resultam em restrições de liberdades, como não disponibilizar dinheiro, ameaças de agressão ou brigas verbais associadas a saídas;
- Humilhação perante familiares e amigos, maus tratos, xingamentos e ofensas por conhecidos e/ou familiares;
- Discussões e brigas verbais frequentes;
- Destrução dos objetos pessoais, destruição de documentos, venda dos bens da família sem a concordância da mulher;
- Ameaças de agressão, ameaças com armas ou instrumentos de agressão física;
- Relações sexuais forçadas (ser obrigada a manter relação sexual desprotegida, sem preservativos e sem seu consentimento) ou práticas性uais indesejadas;
- Agressão física de qualquer espécie.

Acesso aos Direitos

CIDADANIA

Auxílio Reclusão

As mulheres dependentes economicamente de cidadãos presos em regime fechado podem solicitar este benefício durante o período de reclusão ou detenção. Site <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/auxilio-reclusao/>

Aposentadoria

As mulheres asseguradas pelo INSS que completaram 30 anos de trabalho ou estiverem oficialmente reconhecidas como incapacitadas permanentemente para trabalhar poderão solicitar Aposentadoria. As pacientes devem ir pessoalmente até a Agência de Previdência Social mais próxima de sua cidade, onde receberão informações sobre a documentação necessária e agendarão perícia médica. Isso também pode ser solicitado pela internet. Site <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/#aposentadorias>

Salário-maternidade

O salário-maternidade é um benefício pago às seguradas que acabaram de ter um filho, seja por parto ou adoção, ou aos segurados que adotarem uma criança. Também é concedido em casos de aborto espontâneo ou nas situações em que

o procedimento está previsto em lei. Para ter direito ao salário-maternidade, o(a) beneficiário(a) deve atender aos seguintes requisitos na data do parto, aborto ou adoção:

Quantidade de meses trabalhados (carência):

- **10 meses:** para a trabalhadora Contribuinte Individual, Facultativa e Segurada Especial.
- **Isento:** para seguradas Empregada de Microempresa Individual, Empregada Doméstica e Trabalhadora Avulsa (que estejam em atividade na data do afastamento, parto, adoção ou guarda com a mesma finalidade).
- **Para as desempregadas:** é necessário comprovar a qualidade de segurada do INSS e, conforme o caso, cumprir carência de 10 meses trabalhados.

Duração do benefício:

A duração do salário-maternidade dependerá do tipo do evento que deu origem ao benefício:

- 120 dias no caso de parto;
- 120 dias no caso de adoção ou guarda judicial para fins de adoção, independentemente da idade do adotado, que deverá ter no máximo 12 (doze) anos de idade;
- 120 dias, no caso de natimorto;
- 14 dias, no caso de aborto espontâneo ou previstos em lei (estupro ou risco de vida para a mãe), a critério médico.

SAÚDE

Auxílio Doença

As mulheres asseguradas pelo INSS incapacitadas temporariamente para trabalhar podem solicitar o Auxílio Doença numa das Agências de Previdência Social de sua cidade ou pela internet. As pacientes serão informadas sobre a documentação necessária e avaliadas por perícia médica. Site <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/auxilio-doencia/>

Saque do FGTS

Pode ser realizado pela paciente com câncer, AIDS e em estágio terminal de outras doenças. Também pode ser sacado pela titular da conta que possuir dependentes portadores daquelas doenças. O prazo para a liberação do FGTS é de cinco dias úteis, contados a partir da solicitação do saque. http://www_fgts.gov.br/trabalhador/quando_sacar_o_FGTS.asp

Vacina contra o HPV

Meninas entre 9 e 13 anos podem receber a vacina de prevenção contra o Papiloma Vírus Humano (HPV), que está disponível gratuitamente no Sistema Único de Saúde. As mulheres portadoras do vírus HIV e com idade entre 09 e 26 anos também têm direito ao uso da vacina. Para receber a vacina, basta ir a uma Unidade Básica de Saúde com seu cartão de vacinação.

Reconstrução Mamária

As mulheres que necessitaram retirar total ou parcialmente sua mama em

decorrência do tratamento contra o câncer podem realizar a cirurgia de reconstrução mamária. Por lei, tanto o Sistema Único de Saúde (SUS) quanto o plano de saúde são obrigados a realizar esta cirurgia. O pedido pode ser feito em uma Unidade Básica de Saúde do SUS ou no local de tratamento da paciente vítima de câncer, onde ela será encaminhada para uma unidade especializada.

Portadoras de doenças consideradas graves

A legislação brasileira estabelece um rol de doenças graves, cujos pacientes podem usufruir de alguns direitos e garantias especiais. Tais como:

- Auxílio doença;
- Isenção de tarifa de transporte público intermunicipal;
- Acréscimo na aposentadoria por invalidez;
- Saque do FGTS ou do PIS/PASEP;
- Andamento processual prioritário;
- Quitação da casa própria;
- Desconto na conta de energia;
- Prioridade no recebimento de precatórios;
- Isenção do Imposto de Renda, IPI, IOF, ICMS, IPVA.

Quais doenças são consideradas graves pelas principais leis brasileiras?

- Neoplasia maligna (câncer);
- Espondiloartrose anquilosante;
- Estado avançado da doença de Paget (osteite deformante);

- Tuberculose ativa;
- Hanseníase;
- Alienação mental;
- Esclerose múltipla;
- Cegueira;
- Paralisia irreversível e incapacitante;
- Cardiopatia grave;
- Doença de Parkinson;
- Nefropatia grave;
- Aids - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida;
- Contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada;
- Hepatopatia grave;
- Fibrose cística (mucoviscidose).

Direito ao Aborto

O aborto é permitido, até a 20^a semana de gestação, caso a gravidez seja resultante de violência sexual, compreendendo uma série de atos ou tentativas de relação sexual por meio da força física, coerção, coação e ameaça psicológica, inclusive dentro de relacionamentos afetivos, como o casamento e o namoro, e dentro de relacionamentos familiares. Aqui enquadram-se as gravidezes de mulheres, adolescentes, crianças (estupro de vulnerável).

Não é necessário apresentar Boletim de Ocorrência Policial, tampouco o laudo do IML (corpo de delito) ou de autorização do Ministério Público. O documento mais importante é o prontuário médico, que deverá ser acompanhado pelo consentimento escrito da mulher (ou representante legal) que optar pelo aborto. Nos casos de gravidez de

adolescentes, a equipe médica deve respeitar a vontade da gestante, mesmo que esta seja contrária à vontade dos representantes legais. É necessário entrar em contato com o Conselho Tutelar para tratar da questão.

A lei também permite aborto em caso de fetos anencéfalos. Se a gestante não quiser prosseguir com a gestação, poderá solicitar serviço gratuito do Sistema Único de Saúde (SUS), sem necessidade de autorização judicial. Em caso de risco de vida da mulher o aborto também está previsto em lei. O próprio médico pode solicitar uma junta médica para atestar a necessidade do aborto.

MOBILIDADE

Lei parada segura

Desde 2013, existe em Porto Alegre uma lei que permite o embarque e desembarque de passageiros de ônibus fora dos pontos regulamentares em horários especiais. De segunda a sábado, das 22h às 5h, e domingos e feriados, das 21h às 6h, todos os ônibus urbanos podem parar fora das paradas a pedido dos usuários. Um bom recurso para as mulheres. Faça valer os seus direitos!

Assédio sexual no ambiente de trabalho: Como proceder?

Conforme definição do Ministério do Trabalho, assédio sexual é a abordagem, não desejada pelo outro, com intenção sexual ou insistência inoportuna de alguém em posição superior. É comum o assedia-

dor tentar usar da sua condição de superior hierárquico para obter favores sexuais de subalternos ou dependentes. Exemplos clássicos de assédio sexual são as condições impostas para uma promoção ou ameaça de demissão caso a assediada recuse o flerte do superior. Essas atitudes podem ser claras ou sutis, como piadas, "brincadeiras" e comentários constrangedores. Geralmente a vítima de assédio sexual é mulher.

Ocorrendo o crime de assédio sexual

A vítima deve primeiramente repudiar o ato, junto ao assediador, procurando imediatamente o superior hierárquico para fazer uma denúncia formal e requerer providências.

Caso isso não resolva, a vítima deverá procurar um advogado para promover a ação penal. Para iniciar a ação penal privada, basta que a vítima tenha provas do assédio. Quanto mais provas e testemunhas você tiver, melhor. Procure colegas de tra-

balho ou até mesmo outras mulheres que já sofreram a mesma situação com o acusado.

Caso não tenha as provas, a vítima poderá se dirigir à Delegacia de Polícia para solicitar a abertura de Inquérito Policial, para que o crime seja investigado e as provas obtidas, de modo que, posteriormente, possa propor a queixa-crime.

No âmbito do Direito do Trabalho, o assediado sexualmente pode pedir a rescisão indireta do contrato de trabalho e receber todas as verbas indenizatórias, como se tivesse sido demitido sem justa causa, podendo inclusive levantar o FGTS e receber a multa respectiva. O assediador, por outro lado, poderá ser demitido por justa causa pela empresa.

O assédio sexual traz à vítima o direito de ser indenizada, no âmbito civil, por danos materiais e morais, respondendo não só o assediador como o empregador por tais danos, pois a empresa tem o dever de reprimir essas condutas indesejáveis.



CONTATOS ÚTETIS



Porto Alegre

Delegacia da Mulher

Rua Prof. Freitas e Castro, 2050, Bairro Santana.

Fone: (51) 3288 2172 | (51) 3288 2173

Centro de Referência da Mulher Vânia de Araujo Machado

Travessa Tuyuty, nº 10, Loja 04, esquina com Rua André da Rocha, Centro Histórico.

Fone: 0800 541 0803

Centro de Referência às Vítimas de Violência (CRVV) | Secretaria Adjunta da Mulher

Rua Miguel Teixeira, 80, Cidade Baixa.

Fone: 0800 642 0100

Funcionamento: seg. à sex. 8h30 às 18h.

Site: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cmm>

Serviço de Assessoria Jurídica Universitária UFRGS

O SAJU é um programa de extensão universitária da UFRGS. O grupo 8, G8 Generalizando, é o grupo que trabalha com direitos sexuais e de gênero. O atendimento gratuito pode ser agendado por telefone.

Faculdade de Direito da UFRGS

Av. João Pessoa, 80, Centro Histórico

Fone: (51) 3308 3967

Email: g8generalizando@gmail.com

Site: www.ufrgs.br/saju/grupos/g8-generalizando

HOSPITAIS COM SERVIÇO DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas

Av. Independência, 661, Independência.

Fone: (51) 3289 3000

Hospital Nossa Senhora da Conceição

Av. Francisco Trein, 596, Cristo Redentor.

Fone: (51) 3357 2000

Hospital das Clínicas de Porto Alegre

Rua Ramiro Barcelos, 2350, Santa Cecília.

Fone: (51) 3359 8000

Hospital Fêmea

Rua Mostardeiro, 17, Moinho de Vento.

Fone: (51) 3314 5200

Rio Grande do Sul

Centro de Referência em Direitos Humanos

Rua Caldas Júnior, 352, Centro Histórico,
Porto Alegre.

Fone: 0800 644 5556

Site: <http://www.defensoria.rs.gov.br/conteudo/21221/crdh>

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do MP/RS

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80 - Torre Norte, 10º andar, Porto Alegre.

Fone: (51) 3295 1171 | (51) 3295 1172 |
(51) 3295 1141

Email: caodh@mprs.mp.br

Site: www.mprs.mp.br/dirhum

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RS - PROMOTORIAS:

Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos em Porto Alegre

Rua Santana, 440, Bairro Santana.

Fone: (51) 3295 8911

Site: http://www.mprs.mp.br/promotorias/loc_local.ptr/p96_1128.htm

Email: dhumanos@mp.rs.gov.br

Promotorias de Justiça no Interior do RS

Endereços e formas de contato estão disponíveis no site www.mp.rs.gov.br/promotorias

Defensoria Pública do Rio Grande do Sul | Núcleo de Atendimento Especializado às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar

Rua Sete de Setembro, 666, Centro Histórico,
Porto Alegre.

Fone: (51) 3211 2233

CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher prestam acolhida, acompanhamento psicológico e social e orientação jurídica às mulheres em situação de violência.

Saiba onde encontra Centros de Referência no RIO GRANDE DO SUL:

Bagé

Rua General João Teles, 864, Bairro Centro.

Cep: 96400-030

Fone: (53) 3242 6551

E-mail: coordmulherbage@hotmail.com

Barão

Rua da Estação, 1411, Bairro Centro.

Cep: 95730-000

Fone: (51) 3696 2271 Fax: (51) 3696 1200

E-mail: csmulher@baraors.gov.br



Bento Gonçalves

Rua Assis Brasil, 94, Térreo, Bairro Centro.
Cep: 95700-000
Fone: (54) 3454 5400 Fax: (54) 3454 5400
E-mail: revivi@bentogoncalves.rs.gov.br

Canoas

Rua Siqueira Campos, 321, Bairro Centro.
Cep: 92010-230
Fone: (51) 3464 0706
E-mail: crvmulhercanoas@gmail.com

Caxias do Sul

Rua Alfredo Chaves, 1333, Bairro Exposição.
Cep: 95020-460
Fone: (54) 3218 6026 Fax: (54) 3218 6026
E-mail: crmulher@caxias.rs.gov.br

Cruz Alta

Rua João Manoel, 90, Bairro Centro.
Cep: 98005-170
Fone: (55) 3322 1716
E-mail: mulher@cruzalta.rs.gov.br

Dois Irmãos

Avenida Florestal, 511, Bairro Centro.
Cep: 93950-000
Fone: (51) 3564 1577
E-mail: multiplicar.multiplicar@yahoo.com.br

Gravataí

Rua Coronel Fonseca, 410, Bairro Centro.
Cep: 94065-250
Fone: (51) 3496 6342
E-mail: appm@gravatai.rs.gov.br

Imbé

Rua Machado de Assis, 185, Bairro Nova Nordeste.
Cep: 95625-000
Fone: (51) 3627 8270
Email: sec.damulheredhimbe@gmail.com

Ivoti

Rua Arthur Augusto Gernhardt, nº800, Bairro Morada do Sol.
Cep: 93900-000
Fone: (51) 3563 2151
Email: centrodereferenciaivoti@gmail.com

Novo Hamburgo

Avenida Pedro Adams Filho, 5836.
Bairro: Centro - Cep: 93320-000
Fone: (51) 3036 1818 Fax: (51) 3594 8128
E-mail: vivamulher@novohamburgo.rs.gov.br

Parobé

Rua Vera Cruz, nº 701 - Bairro Centro.
Cep: 95630-000
Fone: (51) 3953 1037
E-mail: cmulher@parobe.rs.gov.br

Porto Alegre

Rua Tuyuti, 10, Bairro Centro.
Cep: 90050-270
Fone: 0800 5410803
E-mail: crm@spm.rs.gov.br

Porto Alegre

Rua Siqueira Campos, 1184, 16º andar.
Bairro Centro Histórico - Cep: 90010-001
Fone: (51) 3289 5102
E-mail: cram@smdh.prefpoa.com.br

Santa Rosa

Rua Buenos Aires, 419, Bairro Centro.
Cep: 98900-000
Fone: (55) 3511 1532
E-mail: crrm-dircecosz@santarosa.rs.gov.br

Santana do Livramento

Rua dos Andradas, 1157, Bairro Centro.
Cep: 97573-001
Fone: (55) 3968 1032
E-mail: centrodereferencia_lvto@yahoo.com.br

Santiago

Rua Silvério Machado, 71, Bairro Centro.
Cep: 97700-000
Fone: (55) 3251 1155
E-mail: cmulher@pmsantiago.com.br

São Leopoldo

Praça Tiradentes, 119, Bairro Centro.
Cep: 93010-020
Fone: (51) 3588 8224
E-mail: cjacobina@saoleopoldo.rs.gov.br

Sapiranga

Avenida 20 de Setembro, 1695, Bairro Oeste.
Cep: 93800-000
Fone: (51) 3959 1052
E-mail: coordenadoriadamulher@sapiranga.rs.gov.br

Três de Maio

Rua Padre Cacique, 498, Bairro Centro.
Cep: 98910-000
Fone: (55) 3535 3900
Email: centroflordelis@pmtresdemaio.com.br

Vacaria

Rua Ramiro Barcelos, 276, Bairro Centro.
Cep: 95200-000
Fone: (54) 3231 6463
E-mail: crmulher@vacaria.rs.gov.br

DEPARTAMENTOS ESPECIAIS NO ATENDIMENTO À MULHER E POSTOS DE POLÍCIA PARA A MULHER DO RS

1ª Região Policial – Montenegro

DEAM MONTENEGRO
Fone: (51) 3632 1521

2ª Região Policial – Gramado

PPM CANELA - Fone: (54) 3282 7190
PPM PAROBÉ - Fone: (51) 3543 1488

3ª Região Policial – Santa Maria

DEAM SANTA MARIA - Fone: (55) 3222 9646

4ª Região Policial – Alegrete

PPM ALEGRETE - Fone: (55) 3421 4122
DEAM URUGUAIANA - Fone: (55) 3411 9461

5ª Região Policial – Cruz Alta

DEAM CRUZ ALTA - Fone: (55) 3322 1864
PPM IBIRUBÁ - Fone: (54) 3324 1638

6ª Região Policial – Passo Fundo

DEAM PASSO FUNDO - Fone: (54) 3581 0725

7ª Região Policial – Rio Grande

DEAM RIO GRANDE - Fone: (53) 3293 1420

8ª Região Policial - Caxias do Sul

DEAM CAXIAS DO SUL - Fone: (54) 3221 1357

DEAM BENTO GONÇALVES -
Fone: (54) 3452 3200

9ª Região Policial - Bagé

DEAM BAGE - Fone: (53) 3242 7570

CARTÓRIO DE GV SÃO GABRIEL -
Fone: (55) 3232 6166

10ª Região Policial - Santa Rosa

DEAM SANTA ROSA - Fone: (55) 3512 5911

11ª Região Policial - Erechim

DEAM ERECHIM - Fone: (54) 3321 6522

12ª Região Policial - Santana do Livramento

PPM SANTANA DO LIVRAMENTO -
Fone: (55) 3244 2129

13ª Região Policial - Santo Ângelo

DEAM SANTO ÂNGELO -
Fone: (55) 3313 2340

14ª Região Policial - Palmeira das Missões

PPM PALMEIRA DAS MISSÕES -
Fone: (55) 3742 1080

PPM FREDERICO WESTPHALEN -
Fone: (55) 3744 4044

15ª Região Policial - Lagoa Vermelha

PPM LAGOA VERMELHA -
Fone: (54) 3358 1283

16ª Região Policial - Santa Cruz do Sul

DEAM SANTA CRUZ DO SUL -
Fone: (51) 3711 2121

18ª Região Policial - Pelotas

DEAM PELOTAS - Fone: (53) 3225 6888

19ª Região Policial - Lajeado

DEAM LAJEADO - Fone: (51) 3748 6912

20ª Região Policial - Cachoeira do Sul

PPM CACHOEIRA DO SUL -
Fone: (51) 3722 2845

PPM CAÇAPAVA DO SUL -
Fone: (55) 3281 1861

21ª Região Policial - Santiago

PPM SANTIAGO - Fone: (55) 3251 2364
CARTORIO na 2^aDP SÃO BORJA -
Fone: (55) 3431 1910

22ª Região Policial - Três Passos

PPM TRÊS PASSOS - Fone: (55) 3522 1844

23ª Região Policial - Osório

PPM TRAMANDAÍ - Fone: (51) 3661 1983
PPM TORRES - Fone: (51) 3664 2677

24ª Região Policial - Soledade

CARTORIO NA DPPA SOLEDADE -
Fone: (54) 3381 1799

25ª Região Policial - Vacaria

PPM VACARIA (DPPA) - Fone: (54) 3232 9327

26ª Região Policial - Ijuí

DEAM IJUÍ - Fone: (55) 3332 7979

27ª Região Policial - São Luiz Gonzaga

PPM SÃO LUIZ GONZAGA (DPCA) -
Fone: (55) 3352 8102

28ª Região Policial - Carazinho

PPM CARAZINHO (DP) - Fone: (54) 3331 4149

29ª Região Policial - Camaquã

PPM CAMAQUÃ (DP) - Fone: (51) 3671 4996

DEAMS E PPMSEM FUNCIONAMENTO NO DPM

1ª DPRM - Gravataí

DEAM ALVORADA - Fone: (51) 3411 8048

DEAM GRAVATAI - Fone: (51) 3431 5277

DEAM VIAMAO - Fone: (51) 3492 2090

2ª DPRM - Canoas

DEAM CANOAS - Fone: (51) 3462 6700

PPM ESTEIO funciona na DP ESTEIO -

Fone: (51) 3458 9650

PPM GUAIBA funciona na DP GUAIBA -
Fone: (51) 3401 7100

PPM SAPUCAIA DO SUL funciona na 1ª DP
SAPUCAIA DO SUL - Fone: (51) 3474 8878

3ª DPRM - São Leopoldo

DEAM NOVO HAMBURGO -

Fone: (51) 3584 5805

PPM SÃO LEOPOLDO funciona na 1ª DP SAO
LEOPOLDO - Fone: (51) 3590 1728

DPRPA PORTO ALEGRE

DEAM PORTO ALEGRE - Fone: (51) 3288 2172

Brasil

Disque Denúncia Central de Atendimento à Mulher

Fornece orientações e alternativas para que a mulher se proteja do agressor. A ligação pode ser feita gratuitamente de telefone fixo e móvel.

Fone: 180

THEMIS - Gênero e Justiça

Ong criada em 1993 por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas com o objetivo de enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema de justiça. Sua missão é ampliar as condições de acesso à justiça.

Rua das Andradas, nº 1137, sala 2205

CEP: 90020-015 - Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3212 0104

Email: themis@themis.org.br

INSS

No site da Previdência Social estão disponíveis informações sobre o Auxílio Doença, Auxílio Reclusão e a Aposentadoria.

Site <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/>

CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

A luta das mulheres muda o Mundo!



Por Juntas!*

Atualmente a palavra “feminismo” é cada vez mais dita, escrita e lida. Mas nem sempre foi assim. E ainda existem muitos preconceitos em torno do tema. O feminismo é um movimento de luta das mulheres que se manifesta mais fortemente a partir da segunda metade do século XIX.

A “Primeira Onda”, como ficou conhecida, aconteceu no contexto europeu e norte-americano, com o movimento de mulheres que reivindicavam direitos iguais de cidadania, inspiradas na noção liberal de Estado, de democracia e de ampliação dos direitos presentes na Revolução Francesa do século XVIII e na Carta de Declaração dos Direitos do Homem. Nesse contexto, o movimento de mulheres teve início com a luta por igualdade política e jurídica: direito ao voto, educação, propriedades e posses de bens e direito ao divórcio.

Um dos fatores determinantes para o surgimento da “Primeira Onda” foi a entrada das mulheres no mundo do trabalho, enfrentando péssimas condições, sem direitos políticos e sociais. A história do 8 de Março, conhecido como o Dia Internacional de Luta das Mulheres, demonstra o peso que as mulheres trabalhadoras tiveram. A data foi concebida pela primeira vez em 1910, durante a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas - que reuniu mulheres de mais de 17 países na Dinamarca com o objetivo de canalizar internacionalmente os esforços da luta pela obtenção do direito feminino ao voto. E ganhou repercussão em

1911, após o profundo sentimento de revolta gerado pelo trágico incêndio de uma fábrica de camisas em Nova York, quando mais de 130 trabalhadoras morreram carbonizadas, vítimas da falta de condições de segurança de trabalho. A data consagrou-se definitivamente com o 8 de Março de 1917 na Rússia, quando aproximadamente 90 mil trabalhadoras manifestaram-se contra o Czar Nicolau II, contra as más condições de trabalho, contra a fome e a participação russa na 1ª Guerra Mundial (protesto que ficou conhecido como “Pão e Paz”).

No contexto do movimento das “sufragistas”, outras lutas estavam efervescentes. Em diversos países surgiu uma onda de lutas da classe trabalhadora. O auge foi a Revolução Russa de 1917, que inclusive teve uma das legislações mais avançadas em relação às mulheres, legalizando o aborto, instaurando sufrágio feminino, permitindo o divórcio, entre outros direitos fundamentais. As mulheres socialistas tiveram um papel fundamental no convencimento de sindicalistas e políticos de partidos de esquerda para que as pautas das mulheres fossem incorporadas também no movimento operário.

No Brasil, o movimento sufragista liderado por Berta Lutz conquista o voto em 1933, durante o governo de Getúlio Vargas. Com o cenário internacional de guerra, e com o golpe de Estado de 1937 e o Estado Novo em 1945, o movimento feminista se retrai.

No final dos anos 1960, o movimento ressurge, agora em um novo contexto: o auge das políticas de benefícios sociais dos Estados de bem-estar social; o movimento de efervescência social e cultural, especialmente na juventude, com maio de 1968 e o movimento hippie; a reação à crise econômica e à Guerra do Vietnã; e as mulheres entrando nas universidades e no movimento estudantil. Emergindo durante o fervor que girava em torno da constituição de uma “nova esquerda”, a “Segunda Onda” do feminismo ampliou o leque de pautas da “Primeira Onda” para além dos direitos de cidadania. As mulheres passaram a reivindicar liberdade sexual (pós-advento e popularização da pílula anticoncepcional), a lutar contra a opressão, a questionar a relação de poder entre homens e mulheres e a enfrentar a dominação masculina. Além disso, assim como na “Primeira Onda”, a “Segunda Onda” também tem uma amplitude internacional.

Assim, a segunda onda deu início à luta pela libertação das mulheres, que tomou esse lugar ao lado de outros movimentos radicais, como o movimento negro, que estavam questionando as principais características da sociedade capitalista. Um forte traço deste período é o surgimento dos movimentos multiculturalistas que buscavam a afirmação das diferentes identidades.

Mais tarde, no entanto, com a queda das energias utópicas que marcou a década de 1980 e a desesperança criada com a derrocada do socialismo e ascensão do neoliberalismo, o feminismo foi arrastado para a órbita das políticas de identidade. Assim, seu impulso transformador foi canalizado para um novo imaginário político que colocava em primeiro plano a “diferença”, deslocando a atenção da política de classes para as políticas culturais e das ruas para os debates dentro das universidades.

Quando falamos em “ondas” do feminismo, não significa que fora destes períodos o movimento não tenha existido, mas que houve um enfraquecimento dessas ideias. Hoje vemos novamente o feminismo ganhar força em âmbito internacional, um fenômeno que algumas teóricas já chamam de nova onda. As manifestações internacionais que se iniciaram em 2011 em reação aos planos de austeridade dos governos e por mais democracia real mostram como o feminismo pode ser uma força que trabalha de forma conjunta com outros movimentos anticapitalistas, na luta pelo fim das desigualdades e por uma economia sob o controle democrático, por meio do desdobramento do potencial das ondas anteriores de libertação das mulheres. As mulheres são linha de frente nos diversos movimentos, desde a Primavera Árabe, passando pelas ocupações das praças, as marchas pelo #NiUnaMenos na Argentina, a luta do povo curdo, o levante das indianas contra a cultura do estupro e a Primavera Feminista brasileira.

Isso mostra como o feminismo, junto a outros movimentos que lutam por direitos democráticos e libertários, são fundamentais para construirmos uma sociedade mais igualitária. Além disso, mostra como essas lutas não são um fim em si mesmo, mas parte de um todo. Possuem um caráter extremamente progressista que tem conexão com o perfil das lutas anticapitalistas. Desse forma, nosso desafio é evidenciar cada vez mais essa conexão. A luta pelo fim do sistema capitalista exige a defesa de valores libertários e democráticos. Ao mesmo tempo em que a luta contra as formas de desigualdade, opressão e discriminação só se torna possível hoje se entendemos a relação íntima que guarda com a reprodução do capitalismo.

*Colaborou na redação deste texto a militante do Juntas!, Giulia Tadini

A nova onda feminista e as lutas do presente

Por Fernanda Melchionna



Sou ativista há mais de 15 anos. Ao panfletar nossos textos feministas durante o final dos anos 90 e início dos anos 2000, muitas vezes ouvi: "Mas para que se não existe mais machismo?". Durante a devastação neoliberal, as lutas feministas se restringiram aos círculos da vanguarda social e à academia. Não foi sempre assim, afinal as ondas de lutas das mulheres na história garantiram o direito ao voto, à educação e à libertação sexual. Até para tomar contraceptivo ou usar minissaia tivemos que lutar. Mas ainda falta muito!

Nos últimos anos, felizmente, a correlação de forças se alterou. A Primavera Árabe e os movimentos de jovens na Europa e nos EUA foram determinantes para o fortalecimento da luta contra o patriarcado pelo mundo, como a revolução curda com a Unidade de Defesa das Mulheres, com peso decisivo na experiência revolucionária de Rojava; assim como a construção do Exército Rosa no Egito, em 2011, para que as mulheres participassem da revolução sem serem atacadas; o direito ao voto na Arábia Saudita, garantido apenas 2015, ainda de forma mediada, mas como consequência direta da luta das mulheres; as mobilizações feministas na Espanha; o movimento #NiUnaMenos na Argentina e os avanços na Tunísia.

No Brasil, as jornadas de junho de 2013 foram decisivas para a primavera feminista que tem tomado as praças contra os ataques de Eduardo Cunha e em defesa dos direitos das mulheres, expressa em atos como as Marchas das Vadias.

Precisamos fortalecer o feminismo interseccional e classista, impulsionando as lutas por direitos das mulheres trabalhadoras, das lésbicas, das negras e das transexuais de forma independente, ao mesmo tempo em que fortalecemos a luta contra o sistema opressivo, explorador e patriarcal que é o capitalismo. Por outro lado, não podemos colocar as lutas das mulheres em compasso de espera até o surgimento de uma outra sociedade. Nossas demandas são urgentes e a ruptura com o patriarcado tem que andar junto com a luta anticapitalista!

Que reivindiquemos as conquistas do passado e impulsionemos as lutas do presente em um país em que as mulheres são as mais atingidas pela crise econômica e as políticas de ajustes do governo Dilma, sofrendo com o desemprego, os trabalhos precários e os menores salários. Recebemos em média 30% a menos em relação ao salários dos homens, sendo que as mulheres negras recebem em média 35% dos salários de um homem branco.

Apesar de sermos maioria da população, ainda somos menos de 10% na Câmara Federal, mostrando o hiato que existe em relação à população feminina e a representação política. Embora as mulheres estejam na linha de frente das associações de moradores, nas lutas estudantis, como as ocupações contra a reorganização das escolas de Alckmin, e nas lutas por moradia, isto não se expressa na representação política. Muito disso ocorre porque as tarefas domésticas ainda são tidas como femininas e a ampla maioria das mulheres sofre com a falta de creches. Mas a ausência de representação feminina na política também se dá pelo caciquismo das castas políticas e pelo estranhamento dos espaços de poder com a nossa presença. Por isso, foi extremamente importante Luciana Genro mandar Aécio Neves baixar o dedo em pleno debate eleitoral. Um gesto que expressou a indignação de todas nós com as tentativas de nos calar. Entretanto, não basta ser mulher, é preciso estar do lado das lutas d@s trabalhador@s.

O tema do aborto ainda é tratado como um tabu e com muita hipocrisia, pois as mulheres com recursos realizam o procedimento e as pobres morrem vítimas de aborto inseguro. A cada dois dias uma mulher morre por conta de aborto inseguro, configurando-se como a 5^a causa de mortalidade materna no Brasil. Nem a experiência positiva do Uruguai com a descriminalização, que garantiu que não houvesse nenhuma morte materna decorrente de aborto entre 2012 e 2013 e reduziu de 33 mil interrupções de gravidez por ano para 4 mil, motivou que o governo da primeira mulher na Presidência do Brasil se pronunciasse sobre o aborto como uma questão de saúde pública e de preservação da vida das mulheres.

No caso do assédio sexual, as cantadas e assédios nas universidades, no transporte

público e nos locais de trabalho são incontáveis e são parte de uma das expressões mais cruéis do machismo. Foram mais de 47.646 casos de estupro no Brasil em 2014, sendo a maioria praticado contra mulheres, tendo uma média de 131 estupros por dia! Vale ressaltar que o número é bem maior pois este é um crime extremamente subnotificado.

A luta contra a violência doméstica e pela efetivação da Lei Maria da Penha é permanente e necessária. Segundo o Mapa da Violência de 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, dos 4.762 homicídios de mulheres em 2013, 50,3% foram perpetrados por familiar direito - uma média de 7 vítimas por dia. Além disso, no mesmo ano morreram assassinadas, proporcionalmente ao tamanho das respectivas populações, 66,7% mais mulheres negras do que brancas. Mesmo assim, o governo Dilma não executou mais de 50% do já pequeno orçamento destinado às políticas para as mulheres.

Um elemento central para cortar o ciclo de violência perpetrado contra as mulheres no espaço doméstico são as políticas protetivas. E esta área tem sido objeto das políticas de ajustes dos governos.

Em 2014 realizamos em Porto Alegre um diagnóstico sobre a rede de assistência às mulheres vítimas da violência, depois de um caso de negligéncia do Estado com uma jovem vítima de estupro no Parque da Redenção. Este diagnóstico constatou que a rede ainda é bastante centralizada, distante das periferias das cidades, contando apenas com uma Delegacia Especializada em uma cidade do tamanho de Porto Alegre.

O governo Sartori extinguiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres, cortou recursos do Centro de Referência

às Mulheres Vítimas da Violência e está deixando cada vez mais sucateada a única Delegacia Especializada. As estruturas já precárias sofrem com a falta de profissionais. O governo Fortunati/Melo, em 2014, destinou apenas 0,009% do orçamento de Porto Alegre para as políticas de proteção às mulheres e apenas metade desse valor foi executado. O orçamento de 2015 ainda foi menor e também foi contingenciado.

As tarefas são inúmeras e quando vemos os números da realidade fortalecemos

ainda mais a necessidade de seguir lutando por mais direitos, ocupando as ruas e as praças em defesa das lutas feministas. É necessário unificar as lutas contra a exploração e contra a opressão em um programa que sirva à ação como forma de potencializar a ambas. Que em 2016, além de ocupar as ruas, também ocupemos a política.

Fernanda Melchionna

Vereadora de Porto Alegre pelo PSOL



As múltiplas faces da violência contra a mulher



Por Rosana Pinheiro-Machado

Quando se fala em violência contra a mulher, a primeira coisa que vem à mente de muitas pessoas é a agressão física. Isso ocorre por razões óbvias: ela deixa marcas visíveis, dói na pele e na alma, humilha e mata. O femicídio, contudo, emerge de uma base social bem mais profunda em que diversas formas de abuso da integridade da mulher são naturalizadas no cotidiano.

Os dados de violência contra a mulher no Brasil são alarmantes e envergonham um país “emergente” que tem a pretensão de ser potência mundial. Somos o quinto país em violência contra a mulher. Isso significa muitas pessoas deveriam pensar duas vezes antes de repudiar e julgar os países islâmicos já que temos problemas suficientes na nossa vizinhança para nos ocupar.

A cada cinco minutos, uma mulher é agredida – isso contando apenas os casos que foram denunciados, já que muitas mulheres se escondem de vergonha, dor e medo do agressor (que em 70% dos casos é o próprio parceiro). São cinco mil mulheres mortas por ano, treze por dia. A violência contra a mulher não pode ser tratada como uma questão puramente de gênero, já que ela está diretamente relacionada com a violência estrutural, com a desigualdade social, a pobreza e o racismo. A maioria das vítimas

desse femicídio covarde são justamente as mulheres mais pobres, negras e do Norte e Nordeste do país.

A agressão física e o femicídio não nascem do vácuo, mas têm suas raízes em representações sobre a mulher profundamente enraizadas em nossa cultura. Eles são apenas o estopim de uma sociedade marcada pela presença de diversas formas de violência contra a mulher que são menos visíveis e, portanto, nem sempre tratadas como violência.

Violência é toda forma de violação da dignidade que causa dor física ou emocional. Muito se fala em agressão doméstica, mas é assustador o silêncio e a ignorância que existe em torno do assunto de relacionamento abusivo. Ciúmes não é amor! Controle não é amor! Levantar a voz e jogar um objeto na parede não são atos inofensivos para extravasar a raiva, mas um alerta vermelho. Fuja! Humilhação da mulher na frente dos outros? Fuja! A dominação psicológica é considerada em muitos países como uma violência tão grave como a física, pois ela destrói a autoestima, anula a personalidade e tudo isso por meio de um processo invisível e solitário.

Uma propaganda de cerveja que estampa diariamente a bunda da mulher pode

não ser considerada uma forma de violência para muitas mulheres. Mas para muitas outras esses comerciais agride e assaltam a personalidade. Sem dúvidas, é esse imaginário de objetificação da mulher que vai fazer com que haja a naturalização da mulher como coisa associada a um bem de consumo e, portanto, como propriedade que pode ser comprada, usada, abusada e jogada fora.

Como mulheres, temos o direito de caminhar na rua com a roupa que quisermos sem sermos molestadas. Temos muito que avançar em termos de desenvolvimento social quando dizemos que uma mulher deveria ficar feliz por ser assediada nas ruas e por levar cantada. A vida em uma sociedade avançada socialmente não é uma competição entre barangas e gostosas, mas uma luta solidária entre companheiras que ajudam umas às outras.

No ambiente de trabalho, funcionárias têm que ouvir "galanteios" de seus chefes e não apenas ficar quietas, mas também agradecer o "elogio". O mesmo acontece com alunas em relação aos seus professores. Existem muitas pessoas que defendem as cantadas - seja do ambiente do trabalho, acadêmico ou mesmo o fiu-fiu da rua - como forma de praticarmos nossa brasiliade, ou seja, de exercermos a sexualidade em comparação a tantos países onde as pessoas são reprimidas. Eu tenderia a concordar se as cantadas fossem multidirecionais e se o resultado dessa prática unilateral não fosse o espancamento, o estupro e a mutilação de mulheres.

Também ainda existem pessoas que, quando ouvem falar de estupro, remetem o pensamento àquele cara que pega uma mulher de roupa curta e justa numa praça escura e a estupra. Embora isso seja um ce-

nário real, é possível que muitas mulheres sequer tenham a noção que já passaram por situações de abuso sexual e estupro. Mas lá no íntimo elas sabem que tinha algo errado naquele sexo que ela não queria fazer, mas se sentiu culpada e com vergonha (de não ser a mulher maravilha na cama que o homem espera) de dizer para parar no meio do ato – mesmo que fosse para o namorado. Muitas mulheres não sentem prazer e muitas sentem dor durante o sexo. Vergonha e sentimento arcaico de obrigação fazem com que mulheres se coloquem nessa situação degradante.

Quando se fala de estupro é preciso discutir consentimento. Mas as coisas não são tão simples assim. Também é preciso discutir o que é consentimento para meninas muito jovens que foram educadas em uma sociedade autoritária, de valores masculinos. Nós só podemos falar de consentimento, portanto, quando estamos falando de mulheres adultas que já possuem consciência não apenas de seu corpo, seus pontos de dor e prazer, mas também das relações de poder que estruturam o nosso cotidiano. Mas infelizmente estamos muito longe disso, já que o sexismo não é discutido obrigatoriamente nas escolas.

É risível, portanto, falar em consentimento quando nos referimos a uma aluna jovem que manteve relações sexuais com um professor, por exemplo. É muito como a coação direta ou indireta no mundo acadêmico. Afinal, o poder é a coisa mais fascinante e desastrosa que o ser humano inventou. Como sabemos, o ambiente acadêmico é uma selva de cheia homens que usam do poder e do conhecimento como uma arma de caça.

Nós, mulheres, precisamos falar de violência de forma plural porque a cantada na

rua e a bunda da propaganda de cerveja são apenas a base de um sistema cultural que culminará em morte. Ninguém fará nada por nós mesmos em um sistema de poder que é predominante dominado por homens. É preciso ter mais mulheres no poder, mulheres feministas. Da mesma forma, é preciso empoderar mulheres que passem a responder a cantadas, a boicotar produtos que objetificam nossos corpos, a denunciar seus chefes e professores e, finalmente, a

fugir de relações abusivas. É preciso ensinar sexismos nas escolas para que as meninas, já desde cedo, possam dizer um basta a uma sociedade de predadores.

Rosana Pinheiro-Machado

Antropóloga e professora da Universidade de Oxford, no Departamento de Desenvolvimento Internacional



Combatendo a cultura do estupro: ensine os homens a respeitar e não as mulheres a temer



Por Sâmia Bomfim

Uma sociedade machista dá a homens e mulheres posições e oportunidades desiguais nos campos econômico, social, político e cultural. Nessa conformação, o controle sobre a sexualidade das mulheres é um importante mecanismo de dominação entre os gêneros, que se traduz através da noção de que o corpo da mulher é um objeto que pode ser consumido. Os meninos crescem acreditando nisso e, o pior, as meninas também. A lógica é de estímulo à prática do machismo e de culpabilização das mulheres, mas não sem resistência. O movimento feminista cunhou uma bela frase de luta: "Ensine os homens a respeitar e não as mulheres a temer". Trata-se de uma síntese da política de combate à cultura do estupro.

Uma pesquisa do Superior Tribunal de Justiça, divulgada no início de 2016, revela que disque-denúncia (180) recebe uma denúncia de estupro a cada três horas. Apesar desses números impressionarem, há algo ainda mais grave que eles não revelam: a subnotificação dos casos de estupro. Outra pesquisa do Ministério da Justiça estima que apenas 7% a 8% dos casos de estupro são denunciados no país. E, apesar de um estupro ser imaginado como algo pratica-

do por um psicopata em um beco escuro à noite, a maioria dos estupradores são, na verdade, conhecidos, colegas ou membros da família, com os quais as mulheres têm relação emocional e, em muitos casos, dependência econômica. Denunciar significa muitas vezes romper com as relações sociais e familiares e requer um grande empoderamento da mulher, pois ela se mostra ciente de seus direitos e forte para seguir sua vida em liberdade. Mas, infelizmente, a realidade é que as mulheres não sabem que podem e devem denunciar, não sabem a quem recorrer e não são dadas condições para que elas possam ter autonomia, segurança e liberdade para seguirem suas vidas.

Combatendo esse triste cenário, as redes sociais cumprem com um importante papel de denúncia da violência machista, compartilhamento de informação, encontros entre mulheres, revelando um novo momento do feminismo. A Primavera das Mulheres, que emparedou Eduardo Cunha, começou pela indignação através da hashtag #PílulaFicaCunhaSai, como resposta ao PL5069, que visa à retirada de direitos das vítimas de violência sexual. Rapidamente a indignação tomou as redes sociais e invadiu

as ruas do país, mostrando que as mulheres já não aceitam caladas tanta violência. Milhares de mulheres participaram também de campanhas virtuais como #NãoMereço-SerEstuprada, #MeuAmigoSecreto e #Meu-PrimeiroAssédio. Elas pautaram vários círculos sociais, conseguiram fazer a mídia tradicional repercutir a gravidade da cultura do estupro no país e a resistência do movimento feminista.

Exemplo que revela a presença da cultura do estupro no país, envolvendo o papel das redes sociais, foi aquele relacionado ao ator Alexandre Frota. No início de 2015, ele participou de um programa televisivo onde narrou que havia ido a um terreiro, agarraço à força uma “mãe de santo” e feito ela ficar desacordada para ter relações sexuais. Fiz um evento no Facebook denunciando o caso e pedindo sua punição. O apresentador do programa, Rafinha Bastos, a rede Bandeirantes de televisão e o próprio ator não reconheceram o erro, alegando que a denúncia era infundada. Para piorar, Frota moveu um processo contra mim por calúnia e difamação!

De fato, Frota não disse, com essas palavras, que estuprou uma mãe de santo. Mas o que é ter uma relação sexual utilizando violência de forma não consensual com uma pessoa senão um estupro? Não utilizou o termo, mas descreveu perfeitamente o seu conteúdo. Se ele tivesse, por exemplo, descrito que pegou uma arma e atirou em uma pessoa que morreu por isso, não seria necessário acusá-lo de assassinato. Aliás, se esse fosse o caso, ninguém o confessaria em rede nacional e tampouco a televisão o trataria como um quadro de humor.

Em tese, o estupro, assim como o assassinato, é crime hediondo e socialmente condenável. Entretanto, ele é legitimado pelas práticas cotidianas da sociedade.

O estupro é como um fantasma que nos assombra mas cuja presença não enxergamos e cuja forma mistificamos. Nesse sentido, o Estado não oferece nenhuma política pública de combate às causas materiais do estupro, mas apenas a insuficiente categorização desse crime como “hediondo”.

Várias medidas são necessárias para que se combata a cultura do estupro do Brasil. Em primeiro lugar, é necessária uma educação emancipadora. Que esteja presente nas escolas o debate sobre gênero e sexualidade, de modo a encorajar as meninas a serem livres e os meninos a respeitá-las. Nas universidades é necessário reverter a atual lógica de culpabilização das vítimas e de convivência com os estupros cometidos por estudantes e professores. Além disso, em relação à mídia, é preciso ter um controle do conteúdo que incite o ódio e violência. O argumento da liberdade de expressão é utilizado demagogicamente para legitimar o estímulo da violência sexual, mas esse tipo de conteúdo não pode ser tolerado, pois é parte determinante da cultura do estupro.

São necessárias políticas públicas que garantam o direito à denúncia. A rede de denúncias 180, apesar de ter ganho maior divulgação no último período devido à forte pressão do movimento feminista, ainda precisa avançar e se fortalecer, pois muitas brasileiras desconhecem esse direito. Além disso, é preciso que o Estado tenha responsabilidade sobre o futuro das mulheres vítimas de violência sexual e lhes ofereça condições materiais para seguirem a vida em segurança e liberdade, porque a forte relação de dependência social e econômica que as vítimas têm com seus algozes dificulta que elas denunciem aqueles com quem, infelizmente, terão de continuar convivendo. É necessário também que os servidores públicos recebam treinamento adequado para acolher essas mulheres, encaminhando

-as para a adequada assistência psicológica e médica, especialmente no que diz respeito à prevenção de DSTs e HIV.

Frente ao atual “inverno” da cultura do estupro, sustentada pela ideologia machista e pela opressão do Estado, floresce a Primavera Feminista, que está construindo fortes mobilizações por mais direitos para as mulheres. Juntas podemos construir uma sociedade livre da violência machista.

Sâmia Bomfim

Coletivo Juntas! e servidora da USP



Para compreender que sem a luta das mulheres negras não há revolução feminista possível

Por Kassiele Nascimento e Winnie Bueno

Essa cartilha aborda, a partir de diversos prismas, a importância do feminismo. Versa sobre a luta das mulheres nas mais variadas perspectivas. É um material importante e, pela relevância do mesmo, optamos em não escrever sobre o que é o feminismo negro, como ele surge, as peculiaridades das demandas das mulheres negras. Optamos, desta vez, por abordar uma perspectiva diferente, uma que, de alguma forma, dê conta da realidade acerca do feminismo tradicional, que muitas vezes silencia aquelas que são a maioria do tecido social brasileiro, a maior parte da classe trabalhadora, as responsáveis pela existência desse mesmo feminismo que as invisibiliza: as mulheres negras.

O histórico do feminismo no Brasil remonta ao final do século XIX. É nesse mesmo período também que, tardiamente, se abole a escravização no território brasileiro. Este marco é extremamente relevante para debater sobre a luta das mulheres, pois, se paramos para refletir por alguns minutos vamos perceber que a emancipação das mulheres não negras é reflexo intrínseco do aprofundamento da exploração das mulheres negras. É simples, lógico, mas vamos explicar.

Embora as mulheres negras, em período anterior, já se organizassem nos quilombos e nas frentes de luta pela libertação da negritude escravizada, os documentos acadêmicos sobre o feminismo reconhecem como marco fundante das lutas feministas as reivindicações pelo sufrágio, lideradas por Bertha Luz. A pauta, que não negamos a relevância, pouco importava para as mulheres negras da época, que sequer direito à cidadania tinham, dado sua condição de escravizadas. Mas é exatamente a existência dessas mulheres que permite que as outras possam organizar-se. As sufragistas brasileiras ocupam o espaço público porque as mulheres negras assumem as tarefas domésticas em seu lugar. E o decorrer do movimento de mulheres transcorre da mesma maneira. A senzala vira quarto de empregada. As revolucionárias tomam as ruas enquanto as mulheres negras tomam o cuidado da casa e dos filhos, duas vezes. São responsáveis pelos seus próprios lares e pelos lares das patroas, que inevitavelmente são mulheres não negras.

O avanço do feminismo coloca em pauta a luta pela libertação das mulheres da submissão masculina. A agenda da luta das mulheres passa a explicitar de maneira



mais escancarada as mazelas de uma sociedade marcada pelo patriarcado. Contudo, essa luta se faz a partir da submissão de outras mulheres. Mulheres não negras militando, mulheres negras subjugadas. O trabalho doméstico, que passa a ser cada vez mais desvalorizado, é considerado o lugar das mulheres negras. E é exatamente em função dessa desvalorização, que se estabelece em marcos de classe e raça, que só vamos ter algum tipo de regulamentação do serviço doméstico no Brasil na segunda década dos anos 2000.

O curioso é que o histórico das demandas feministas em nosso país ainda coloca em primeiro lugar as reivindicações e considerações das mulheres brancas, em especial das mulheres brancas de classe média. Não é sem razão que grande parte dos materiais produzidos sobre feminismo abordam um ou dois textos sobre as questões-chave para as mulheres negras e, em contrapartida, apresentam todos os recortes essenciais para as mulheres brancas. Ora, contrasenso maior não há, uma vez que conforme apresentado no Dossiê Sobre Mulheres Negras: “em 2009, do total de mulheres, 50% eram negras e 49,3% eram brancas, indicando uma participação relativa maior de negras em comparação às brancas, tal como já havia sido verificado em 2008 para a população de forma geral. [...] Em 2008, já havia quase 70 mil negras a mais que brancas, número que salta para quase 600 mil, em 2009.”¹

A atuação do movimento negro e feminista, por vezes, deixa a impressão de que todos os homens são negros e todas as mulheres são brancas, invisibilizando nossas múltiplas experiências. Um dos reflexos disso é o processo de universalização da categoria mulher baseada na mulher branca, heterossexual e pertencente à classe média. Como consequência temos o não-lugar da mulher negra nesses dois movimentos.

Como nos fala a feminista afro-americana Audre Lorde, não há hierarquia de opressão, mas ao dizer que experimentamos de forma igual os marcadores de racismo e sexismodeixamos de lado uma constatação importante: o lugar onde nos encontramos, enquanto mulheres negras, faz com que vivenciamos esses marcadores de forma diferente em comparação com as mulheres não negras. E nos possibilitam enxergar outro viés do que é ser mulher, através da raça, e do que é ser negro, através do gênero. Em outros termos, significa dizer que as mulheres negras não se encontram no mesmo ponto de partida que as não negras. É necessário assumir uma perspectiva interseccional para compreender como se dão essas relações complexas, sem analisá-las de forma excludente.

Tendo isso em mente, é imprescindível que nos desafiamos a entender o entrelaçamento desses fatores e como eles operam para dificultar a identificação entre mulheres negras e não negras. Nesse sentido, cabe às mulheres não negras a prática da alteridade, que é a capacidade de colocar-se no lugar do outro, de ter empatia, para que assim consigamos nos tornar sujeitos da transformação social que tanto almejamos e para que esta seja construída por cada uma de nós, ombro a ombro e sempre com o olhar atento ao respeito às diferenças.

Kassiele Nascimento

Estudante de Relações Públicas
Coordenadora Geral DCE/UFRGS
Juntos! Negras e Negros

Winnie Bueno

Vlogger no canal Preta Expressa
Juntos! Negras e Negros

1. Disponível em: www.seppir.gov.br/assuntos/dossie_mulheres_negrasiipa.pdf

Lesbianidades, movimentos feministas e LGBTs



Por Fernanda Nascimento

Escrever sobre lesbianidades é complexo e desafiador. Para não incorrer em generalizações e universalizações de identidades, parto do pressuposto de que é impossível pensar em uma experiência lésbica única e de que tampouco é possível separar as vivências coletivas e individuais de seu contexto histórico e dos marcadores de classe, raça e geração. Neste sentido, gostaria de pontuar o lugar de onde escrevo: sou uma mulher lésbica, negra, cisgênera, jovem e oriunda de classe popular, que se alinha a uma perspectiva de feminismo interseccional.

Ainda que distintas, as vivências lésbicas contém alguns elementos em comum. Um dos principais é a regulação da sexualidade feminina, experiência comum às mulheres com outras orientações sexuais. Ao evocar Kathleen Gough, Adrienne Rich¹ (2010) desmembra situações às quais estão submetidas mulheres (de qualquer orientação sexual) dentro de uma lógica de dominação e opressão masculina sexista, misógnina e machista. Entre elas está a negação da própria sexualidade às mulheres (por artifícios

cios como punições, cintos de castidade e negação da masturbação) e a submissão da sexualidade feminina à sexualidade masculina (por meios como estupro e agressão).

Lésbicas, tal qual mulheres de qualquer orientação sexual, são socializadas de forma a atender aos pressupostos de gênero e sexualidade considerados femininos. E dentro de uma sociedade heteronormativa, constituída por uma hierarquia das sexualidades, como nos postula Gayle Rubin², aqueles que não atendem aos comportamentos sexuais considerados adequados (relações sexuais heterossexuais, dentro do casamento, monogâmicas, procriativas, não comerciais, em dupla, em uma relação, na mesma geração, privadas, sem pornografia, utilizando apenas corpos e sem práticas sadomasoquistas) estão sujeitos às sanções sociais. “Na medida em que os comportamentos性uais ou ocupações se movem para baixo da escala, os indivíduos que as praticam são sujeitos a presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita” (RUBIN, 2003, p. 14).

1. RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Revista Bagoás, 2010, n° 5, p. 17-44. Disponível em <https://goo.gl/r2kHbo>

2. RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003. Disponível em <https://goo.gl/1VC2OF>. Acesso em: 9 set. 2014.

Como possuímos identidades com marcadores distintos, estas sanções não são aplicadas de forma uniforme. Não por acaso, lésbicas jovens, com performatividade de gênero próxima de um padrão heteronormativo, vivência de relacionamentos estáveis e com vistas à procriação são toleradas socialmente.

A forma como esta seletividade silencia identidades é perceptível, por exemplo, nas representações de mulheres lésbicas das telenovelas: a esmagadora maioria é formada por mulheres com performatividade de gênero heteronormativa, brancas, jovens, de classe alta e em uma relação estável. Não por acaso, a participação das personagens Teresa (Fernanda Montenegro) e Estela (Nathalia Timberg), na telenovela Babilônia, da Rede Globo, foi tão contestada. Elas eram duas mulheres lésbicas idosas, uma delas militante social, que se beijaram. A norma não tolera esta diversidade.

Estas regulações contribuem para entender porque algumas lesbianidades são mais silenciadas do que outras. O apagamento faz com que lésbicas sapatões, em relacionamentos com cruzamento geracional, negras, transexuais tenham suas vivências ainda mais excluídas e estejam mais vulneráveis às violências psicológicas e físicas.

Ao longo da história Ocidental, a vida das mulheres lésbicas têm sido sistematicamente silenciada e apagada. Em uma sociedade na qual o conhecimento é produzido por homens, a história das mulheres pouco tem sido ouvida. E, em uma sociedade heteronormativa, as vivências daqueles que fogem da norma heterosexual são ampla-

mente renegadas. Lésbicas lutam, portanto, contra pelo menos duas formas de discriminação: de gênero e sexualidade. Possuem menos registros de suas histórias do que os homens cisgêneros (de qualquer orientação sexual) e do que as mulheres heterossexuais. Perceber este lugar é importante para entender a necessidade de uma luta conjunta e ao mesmo tempo específica dentro dos movimentos feministas e LGBTs.

Joana Maria Pedro³ aponta que muitos movimentos feministas brasileiros, emergentes durante a chamada “Segunda Onda Feminista”, excluíram mulheres lésbicas de sua frente de batalha, tentando se desvincular da pecha de que a reivindicação por mais igualdade significasse uma luta de “mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens” (2012, p. 240). No mesmo sentido, em outro front, a dos movimentos LGBTs, também se silenciou a vivência lésbica durante anos, a começar pelo nome “movimento gay”, passando por pautas de reivindicação que incluíram especialmente demandas de homens e culminando na forma sexista como os militantes encaravam estes paradoxos.

Como afirma Rich, “equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez” (2010, p. 37). No mesmo sentido, apresentar reivindicações feministas que incluam somente mulheres heterossexuais é perpetuar novas formas de opressão para um contingente desta população.

Lesbianidades são distintas e requerem atenção para as suas especificidades. Ao

3. PEDRO, Joana Maria.. O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. 1ed. São Paulo: Contexto, 2012, v. , p. 238-259.

mesmo tempo, se inserem dentro de agendas compartilhadas por outras experiências fora da norma (que incluem também o racismo, a questão de classe, a questão geracional e a luta das pessoas transexuais, que por questão de espaço não puderam ser amplificadas). Neste sentido, acredito que cabe a nós, mulheres lésbicas, uma luta dialógica: dentro de espaços exclusivos e, ao mesmo tempo, inseridas em uma agenda conjunta de movimentos feministas, LGBTs, negros e

de classe. Somente uma articulação conseguirá criar uma sociedade com menos desigualdades e mais diversidade.

Fernanda Nascimento

Jornalista, mestra em Comunicação Social, co-fundadora do grupo Gemis e autora do livro “Bicha (nem tão) má – LGBTs em telenovelas”



A luta transfeminista – Pelo direito de ser!

Por Luiza Eduarda do Santos



Vivemos no país que lidera o ranking de assassinatos de pessoas trans no mundo. A luta pela vida e pelo direito de ser quem somos faz parte da nossa rotina diária e começa cedo. Desde o espaço doméstico, quando na maioria das vezes temos que suprimir nossa identidade para ter direito a um teto; passando pelo ambiente escolar, onde nossa identidade é negada, o uso do banheiro se torna motivo dos piores pesadelos e motivo das piadas mais degradantes; até o mercado de trabalho, onde nos é imputada a prostituição como única alternativa de sobrevivência e somos consideradas e tratadas como cidadãs de segunda classe.

Ser transexual é mover uma montanha por dia. Em que pese a existência de questões específicas, como a campanha pela aprovação do projeto de lei João W. Nery, do Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL/RJ), a despatologização da transexualidade, o direito ao uso dos banheiros públicos de acordo com o gênero autopercebido e a inserção de transexuais e travestis no mercado formal de trabalho, temos muitas lutas e demandas em comum com as mulheres cisgêneras. Porém, é preciso demarcar que até para ingressar nesse espaço, que em tese é de acolhimento a todas as mulheres, precisamos travar algumas batalhas. Para muitas feministas ainda somos analisadas e lidas a partir do genital com o qual nascemos.

Gosto muito de um texto da Daniela Andrade para o Blogueiras Feministas, onde ela aborda a necessidade de irmos além dessa visão mais superficial: “Meu gênero nunca esteve instalado no meu genital e na minha autonomia, e meu genital, por exemplo, só terá sentido pra mim se eu assim simbolizá-lo como uma parte de mim com significações benéficas. Sou mulher independente do meu genital, inclusive porque não saio mostrando ele por aí, as pessoas se relacionam com a Daniela e não com o genital da Daniela. A forma como a Daniela vê o próprio corpo não deveria dizer respeito a você, mas à Daniela. Assim como a forma que você vê seu corpo não diz respeito à Daniela. Mas para além disso, tanto a Daniela precisa respeitar como você se vê e quer ser tratado ou tratada, quanto vice-versa”. É nesse feminismo que acredito, e é esse feminismo que é essencial em minha vida. Um movimento de luta interseccional, que se preocupe em incluir pessoas trans e não negligencie questões fundamentais como o recorte de raça e social.

A educadora e ativista LGBT, Helena Vieira, defende em “Por um Feminismo Trans: As lutas devem estar juntas” que “precisamos pensar as interseccionalidades de nossas lutas e vivências de feminilidade. Tanto das mulheres cisgênero quanto das mulheres trans, para que possamos voltar a ter como foco de nossas lutas o desmantelamento do

patriarcado, a proteção dos corpos sexuados e subalternizados de mulheres trans, mulheres cis e travestis". Nesse mesmo texto, Helena questiona: "Quem é o sujeito do feminismo? As mulheres, obviamente. Mas existirá uma universidade e essencialidade no ser mulher? Todas as mulheres têm a mesma vivência, condições materiais e objetivas, percebem o mundo da mesma maneira? A resposta é não. E aí, eu respondo sobre a 'socialização masculina' das mulheres trans. Se nós sempre nos percebemos como mulheres, se sempre fomos lidas como homens 'traidores de gênero', 'homens de mentira', e tínhamos que viver, por vezes escondidas, outras apenas na imaginação, a nossa feminilidade, por que essa não poderia ser considerada uma experiência do feminismo? Não haverá, portanto, muitas formas de ser mulher?"

Acho importante frisar que o fato de você ser cisgênero não impede que você militie pela causa trans, assim como o opositor também é verdadeiro. Nesse sentido, é crucial que a luta por uma sociedade menos transfóbica e mais inclusiva receba o apoio de mulheres cis. Nunca é demais lembrar da campanha presidencial de 2014, onde Luciana Genro trouxe para o centro do debate a questão da transfobia. Pela primeira vez tal questão foi levantada em um debate político presidencial em horário "nobre". E isso só poderia partir, de forma coerente, de uma candidata de um partido socialista como o PSOL, que é comprometido com a causa LGBT e recebe pessoas transexuais de braços abertos, permitindo seu engajamento e militância orgânica. Digo isso, pois, quando apontamos que o Brasil é campeão em assassinatos de pessoas trans, não podemos esquecer que o governo petista está há 13 anos no poder, não podemos deixar de lado que o Eduardo Cunha, Jair Bolsonaro, e outras figuras nefastas da política nacional fazem parte da base aliada do governo.

No âmbito local, temos ações de outras parlamentares do PSOL. Em Porto Alegre, por exemplo, destaco o trabalho que vem sendo empreendido pela vereadora Fernanda Melchionna, que, em parceria com o seu colega de bancada, prof. Alex Fraga, apresentou projeto de lei que isenta em 20% no Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) empresas no município de Porto Alegre que contratarem pelo menos 5% de travestis e transexuais do total de empregados. Tal iniciativa é muito oportuna e extremamente relevante, pois, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das pessoas trans hoje estão na prostituição. Em um panfleto em que defende a causa LGBT, Fernanda afirma de forma apropriada: "Mesmo quando são qualificadas para as vagas a que concorrem, são preteridas. E, quando são contratadas, não raro são totalmente desrespeitadas em sua identidade de gênero, tendo o direito ao nome social e ao banheiro adequado à identidade de gênero completamente negados".

Devemos ir além! A militância pela causa trans não deve se limitar a realização da Cirurgia de Redesignação Sexual (CRS). Não deixamos de ser mulheres trans por adequar nosso órgão genital à nossa identidade de gênero. Não pretendo me passar por uma mulher cis. Meu objetivo é uma outra sociedade, uma sociedade livre de preconceitos, onde sermos quem somos e amar quem amamos - se amamos - não se torne motivo para sermos consideradas inferiores. Ser transexual não é feio e não diminui o valor de ninguém, pelo contrário, não baixar a cabeça, lutar e sobreviver nessa sociedade que nos extermina é algo a ser celebrado.

Nossa luta é longa, mas não desistiremos de lutar pelos nossos direitos e apoiar as mulheres cis em suas reivindicações.

Estamos juntas. Lado a lado somos e podemos mais!

Luiza Eduarda dos Santos

Jornalista, transfeminista e integrante do Juntos LGBT e do Juntas!



O aborto e a legalização do aborto: uma especial reflexão

Por Márcia Tiburi



O tema do aborto nos pede um tipo especial de reflexão. Não apenas aquela da discussão mais inoperante que se dedica a tratar de certa “coisa em si” do aborto, e que, guardadas proporções éticas, todos têm o direito de fazer (a meu ver, temos o direito de fazer todas as reflexões que desejarmos mesmo que elas não nos levem a muita coisa como no caso da reflexão sobre a “vida” do embrião, sobre a qual falaremos adiante), mas sobretudo, aquela reflexão que inclui um aspecto com a qual poucos se preocupam: a dimensão do outro. Ora, muitos que falam sobre o aborto hoje não costumam levar em consideração posições que não são as suas próprias. As pessoas pensam a partir de sua religião, de sua cultura, de sua moral. Hoje em dia a lógica publicitária e capitalista também afeta as nossas ideias sobre o mundo. Esquecemos coisas óbvias, como o lugar do outro em uma sociedade democrática. Esquecemos do valor da própria democracia porque não temos tempo para pensar nela. Eu gostaria, portanto, que esse texto nos ajudasse a pensar mais, a pensar na democracia e que, por esse caminho, melhorasse nosso olhar sobre o aborto que é sempre “o aborto dos outros”.

Nesse caso, vamos falar de dois tipos de “outro”. O primeiro é aquele a quem o tema

interessa. Refiro-me à reflexão direcionada à vida concreta das pessoas que precisam fazer aborto, no caso as mulheres. O “outro” nesse caso é o conjunto das mulheres que são cidadãs brasileiras. Mulheres que se beneficiariam da legalização do aborto enquanto são vítimas de um sistema econômico, de um Estado e de um contexto sócio-cultural, em que suas próprias vidas, necessidades e urgências, são desconsideradas, aviltadas e depreciadas em nome de um estado de coisas que não condiz com sua experiência.

Precisamos assumir que uma imensa quantidade de mulheres praticam o aborto independentemente das leis que o proíbam. E isso não pode implicar apenas um crime no sentido de um ato ilegal, por ir contra a lei. Para além da legalidade ou da ilegalidade do ato, em qualquer contexto, em qualquer país, em qualquer cultura, o que está em jogo na prática do aborto são urgências. Isso quer, evidentemente, dizer que a questão do aborto concerne às mulheres que precisam fazer aborto. E concerne às mulheres de tal forma que se poderia alegar que apenas elas teriam base para cuidar da questão do aborto também de um ponto de vista teórico. Ou seja, quem teria algo a dizer, quem poderia interpretar o aborto, seriam as mulheres que o praticam.

Sabemos, contudo, que o aborto não é apenas um problema prático, nem tão somente um objeto de estudos. Ele é um fetiche metafísico, um talismã teológico. Infelizmente, o aborto não é tratado apenas pragmaticamente, mas serve como assunto, foco, eixo de uma ideologia. Como tema dos discursos de padres e políticos, de cidadãos de um modo geral, o aborto é um dispositivo de controle sobre os corpos femininos, controle, portanto, sobre o todo do ser que pode parir e que chamamos de mulher. O aborto está no núcleo duro da opressão estatal, teológica e moral contra as mulheres, sua ascensão profissional, intelectual, teológica, e sua autonomia prática. Ele é o núcleo fundamental da dominação masculina como um todo.

Em outros textos defendi uma proposta radical, de que apenas as mulheres que pudessem engravidar é que poderiam se ocupar dessa questão. A validade dessa ideia já foi exposta em outros textos. Hoje, porém, podemos defender uma perspectiva mais aberta, adequada para pensar melhor a relação entre o aborto e a questão democrática. Nesse sentido, como convém à democracia, o diálogo sobre o aborto é bem vindo, mesmo quando se trata de sujeitos não implicados diretamente nos assuntos relativos à procriação. Se, de um lado, a gravidez se dá por meio de um corpo de mulher, pelo menos por enquanto, homens também procriam, ainda que seus corpos estejam menos implicados já que a gestação cabe a mulheres. Isso não quer dizer que outros possam decidir por elas, mas também não podemos escapar do sentido complexo do “decidir” nesses casos.

Voltando à questão do outro. É preciso pensar o “outro” enquanto perguntamos sobre o destino de uma sociedade inteira na qual ele é justamente excluído. Nesse caso,

ter em vista a questão do aborto enquanto questão democrática, ou seja, uma questão que afeta a todos os cidadãos, nos ajuda a olhar melhor para o seu significado. No contexto de uma democracia que precisa ser fortalecida, a legalização do aborto importa realmente a todos os cidadãos. Ora, uma democracia implica sempre a questão do outro como um terceiro com o qual podemos fazer algo “comum”. É esse terceiro que precisa ser incluído. O que chamei em outro contexto de “círculo cínico da estrutura social machista”, compõe-se justamente de um acordo de fingimento, uma aliança entre enganadores e enganados. Uns fingem não abortar enquanto outros falam contra o aborto e todos acreditam que ninguém está vendo. Mulheres de todas as classes sociais, idades e credos, fazem abortos. No círculo cínico não faltam os articuladores da verdade sobre o aborto.

Construir uma visão mais razoável do problema da luta pela legalização do aborto é um desafio para nossos dias. Romper com esse círculo cínico é urgente. Proponho, para que isso seja possível, desvincular a discussão sobre o aborto da discussão sobre a sua legalização, pois elas vêm sendo confundidas em detrimento da questão da legalização, que sai perdendo em função de um tratamento teórico e teológico a um problema que deveria ser tratado em termos de direitos, que seriam também pragmáticos. Proponho, portanto, uma discussão laica.

Gostaria nesse sentido de esclarecer que a luta pela legalização se dá não diante do tema do aborto em si, tema metafísico e que pode ser deixado para os que se ocupam com abstrações. Ninguém pode proibi-la, mas devemos saber que essa discussão, baseada em faláncias, prejudica a vida das mulheres que desejam e precisam abortar.

A luta pela legalização, com a qual temos que nos ocupar, não é uma luta contra o que é chamado de “vida do embrião”, antes ela se dá frente à atual defesa e manutenção da ilegalidade do aborto em nosso país.

A propósito, pela Falácia do apelo à vida do embrião, a vida do embrião é tratada como uma espécie de “mais vida” em relação à vida das pessoas, como se fosse uma vida superior, mais importante do que outras, por meio da qual se cancela qualquer valor atribuído à vida das mulheres. A mulher é um mero meio da vida do embrião, em relação à qual a sua não vale nada. Dois pesos e duas medidas, corpo feminino e embrião não correspondem um ao outro senão por uma relação cujo significado está em que o caráter “especial” do embrião determina que ele é especial em relação ao corpo de uma mulher. Ora, o corpo do embrião é considerado mais especial do que o corpo da mulher porque ele seria espiritualizado, e o corpo da mulher deveria servir a ele por não ser tão espiritualizado. Essa falácia garante a crença fundamentalista de que a maternidade é a chance da espiritualização da mulher. A maternidade seria o capital moral e a garantia da normalidade “natural” da mulher.

Digo isso tendo em vista que há algo de irregular na oposição entre defesa do aborto e sua criminalização. A verdadeira oposição, no âmbito de uma discussão produtiva, diz respeito à possibilidade de confrontarmos com honestidade o tema da “defesa da legalização” contra aquilo que podemos chamar de “defesa da ilegalidade” atualmente praticada. Esta última tem vencido e aniquilado com a vida de muitas mulheres, inclusive levando ao extremo da morte física.

Podemos falar de uma ideologia da ilegalidade – comparável à criminalização das drogas, mas muito mais antiga - a sustentar esse estado de coisas.

O direito de decidir é a questão das mulheres, sempre responsabilizadas e culpabilizadas em relação à maternidade possível ou impossível. Assim como muitas vezes as mulheres têm filhos sem que tenham tido as condições de refletir sobre o sentido da gravidez e da maternidade, ou seja, têm filhos por que a maternidade é uma norma social para mulheres, do mesmo modo, não podemos dizer que o aborto seja simplesmente uma questão de decisão para as mulheres. Essa decisão está implicada em uma necessidade. Necessidade que está diretamente relacionada, por sua vez, a questões objetivas e subjetivas.

Decidimos, é verdade, como mulheres, todos os dias, há milênios. E, no entanto, não se trata de uma decisão da ordem da liberdade pura e simples. Não se trata de uma decisão que pudesse ser resolvida em termos de egoísmo ou individualismo. Apenas quem defende o aborto em si, algo que é raro, o defenderia em nome da liberdade individual. As pessoas que defendem a legalização do aborto estão falando na ordem da necessidade, tanto no nível pessoal de mulheres que não podem ter filhos, quanto da ordem coletiva, da sociedade como um todo, em que o aborto é feito em condições clandestinas, ilegais e fisicamente inseguras, e mesmo assim é feito, porque é inevitável.

Márcia Tiburi

Filósofa

Se essa rua fosse minha

Por Júlia Franz

Se essa rua fosse minha, eu andaria à noite sem medo.

Se essa rua fosse minha, eu caminharia de cabeça erguida e poderia olhar nos olhos das pessoas.

Se essa rua fosse minha, não existiria assédio.

Todos os dias, mulheres são sujeitas a ouvir palavras obscenas, olhares castradores, toques indesejados e intimidações. Várias dessas formas são vistas como "elogios". Elogios normais, cotidianos. Mas não tem nada de normal nisso.

Elogio é quando se estabelece um diálogo, uma reciprocidade. Assédio é unilateral. Temos exemplos bem comuns disso: caras que passam de carro e gritam "delícia" pra uma menina na calçada. Que tipo de relação poderia ser construída a partir daí? Mas também temos exemplos mais velados: quando um professor insiste em abordar alunas que nunca demonstraram interesse ou quando um chefe exalta beleza ao invés da competência de uma funcionária. Isso são assédios, demonstrações de poder. Os homens se acham no sagrado direito de avaliar o corpo de uma mulher baseados em estereótipos midiáticos irreais. Enquanto as

mulheres, que têm a autoestima diminuída por estes mesmos estereótipos e se acham feias, gordas etc, acabam encarando o assédio como um "elogio". E o ciclo vicioso se repete.

Fomos acostumadas a ter relações familiares de submissão da esposa ao marido, da filha ao pai, etc. Historicamente fomos colocadas numa posição inferior, de obediência, de quem não tem voz nem sobre si mesma. Fazemos parte de uma sociedade patriarcal, na qual o machismo mata mulheres de várias formas, inclusive reprimindo tudo aquilo que nos faz seres independentes com poder de decisão sobre nossas próprias vidas.

O ideal de beleza do corpo feminino, por exemplo, foi criado pelo olhar masculino. Os padrões que temos internalizados foram concebidos para o prazer do homem. E o nosso prazer, onde fica? Vemos um crescimento de cirurgias plásticas, buscas intermináveis por uma utopia que vê nosso corpo como um objeto sexual. Mas nós não somos objetos. Somos reais.

Esse machismo resulta em uma hipersexualização do corpo da mulher. Parece que estamos sempre em uma vitrine, como manequins, uns iguais aos outros, expostas para sermos vistas. Insistem em homoge-



neizar nossas vivências. O fato é que somos diversas, com diferentes vontades e individualidades. Nos disseram que todas as mulheres devem almejar o mesmo corpo, que coincidentemente é sempre diferente do nosso. No entanto, é importante perceber que é a partir da consciência de cada corpo, único, que o empoderamento começa.

Deveria ser natural nos olharmos no espelho sem buscar o reflexo de um estereótipo. Deixar os pêlos crescerem, manter o cabelo curto, não usar maquiagem, enfim, poder fazer e experimentar o que nos agrada sem amarras, porque essa escolha é nossa. Assim, nos empoderamos do nosso corpo para satisfazer a nós mesmas, em primeiro lugar. Mas nos ensinaram que não podemos.

A naturalização do “não poder” é o que eu costumo chamar de “mito da incapacidade feminina”. Nós, mulheres, aprendemos desde pequenas que somos menores, o sexo frágil. Que podemos ganhar salários mais baixos do que dos homens. Que não temos força. E até a ideia de que todas as mulheres dirigem mal, por exemplo. Uma série de afirmações que não derivam da verdade e sim de uma construção social que precisamos desconstruir.

Você já foi assediada hoje?

Por que um homem pode me chamar de gostosa toda vez que passa por mim?

Por que um homem pode decidir que roupa eu devo usar? Por acaso eu vivo pra provocá-lo?

Por que um homem pode dizer que quer enfiar o pau em mim e eu devo encarar isso como um elogio?

Os assédios estão enraizados na nossa cultura. Baixamos a cabeça como se fosse

banal. Mas não é! Experimente perguntar pra alguma amiga se ela já se sentiu desconfortável com a abordagem de um homem. Se ela já esteve andando sozinha na rua, ouviu passos e se sentiu aliviada quando viu que era outra mulher. Note que você não está sozinha.

Muitas mulheres se calam quando percebem que estão sofrendo abuso. Se calam por medo de não acreditarem nelas, porque existe um estigma de que a culpa, nesses casos, é da mulher. A ideia de que “foi ela que provocou” a coloca novamente como um objeto, cujos gestos foram feitos só para excitar.

Mas a culpa não é da mulher. A culpa é do assediador, sempre.

Primavera feminista

As reflexões sobre tudo isso finalmente nos deram voz. Estamos nos empoderando e encontrando nossa força. Emergiram movimentos políticos em todo Brasil, durante o ano de 2015, quando milhares de mulheres ocuparam as ruas para lutar pelo direito ao aborto, pedir a saída de Eduardo Cunha, o símbolo do retrocesso... Diferentes causas com a mesma essência: o anseio por autonomia e liberdade. Em Porto Alegre, tivemos iniciativas como “Se essa rua fosse nossa” e “Vamos juntas”, projetos que visibilizaram as violências físicas e simbólicas que as mulheres sofrem diariamente e, com isso, deram unidade ao movimento.

É preciso denunciar e mostrar que não se pode naturalizar nenhum tipo de agressão. Não somos um objeto disponível para ser avaliado. É um absurdo que ainda entendam uma mulher com saia curta como uma incitação aos homens.

Decote, saia, nudez... nada é justificativa para o assédio. E não estamos falando de permissão, pois não precisamos da aprovação para nossas roupas ou atitudes. Precisamos ser ouvidas quando homens se aproveitam disso de maneira desrespeitosa e impune.

E essa luta não é só sobre o que se vê. É também sobre não ser vista: quando estamos na rua de madrugada com medo de sermos estupradas, quando um homem nos enoxa em ônibus lotado, quando reagimos

a um assédio e as pessoas ao redor riem, ou quando tentamos denunciar qualquer tipo de abuso e somos consideradas “histéricas”.

Cansamos dessa cegueira conveniente e merecemos respeito. Queremos poder gritar por liberdade através dos nossos corpos. Porque nós, mulheres, temos força. E um dia essa rua vai ser nossa.

Júlia Franz

Produtora cultural e performer



Igualdade da Mulher: uma luta que precisa ser assumida por toda classe trabalhadora



Por Carmen Padilha

Consideramos a luta das mulheres como parte da luta de classes e, por isso, a superação da opressão e da exploração das mulheres só será possível por completo com o fim do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista, que para nós continua sendo o objetivo maior da nossa militância.

No entanto, as mulheres não podem ficar esperando o fim do capitalismo para conquistar a igualdade. Se não levantarmos agora um programa feminista e lutarmos para realizá-lo, a igualdade e a consequente emancipação das mulheres não virá nem no socialismo.

É por essa razão que a luta pela igualdade entre homens e mulheres e pelo fim do machismo na sociedade onde vivemos deve fazer parte do cotidiano das organizações sindicais e populares. Para fortalecer o movimento de mulheres e a unidade da luta dos trabalhadores é necessário colocar as reivindicações específicas das mulheres na pauta geral dos sindicatos e demais movimentos. As demandas do movimento feminista precisam ser assumidas pelo conjunto dos trabalhadores, algo que sabemos que não acontece de forma generalizada.

Levar esse debate para a base das categorias é um desafio para que possamos superar os limites de uma discussão que ainda está circunscrita na vanguarda do movimento sindical e popular, e muitas vezes marcada pela superficialidade e pela hipocrisia. Infelizmente, o machismo ainda é uma realidade muito presente entre os dirigentes e os militantes das organizações. Superar esse limite é um objetivo que deve ser perseguido permanentemente nas entidades onde militamos.

Para isso, a constituição de secretarias antiopressão ou secretarias da mulher nos nossos sindicatos é um grande ponto de apoio para a conscientização das mulheres e dos trabalhadores em geral, uma condição para abrir a luta. Uma secretaria que promova sistematicamente esse debate, apresente a discussão sobre a pauta de reivindicações da mulher, assim como organize a participação nas atividades gerais, entre elas, o Dia Internacional das Mulheres, o 8 de março.

No programa de luta do movimento, destacamos a necessidade de pôr um fim na violência contra as mulheres, uma realidade trágica que abala cotidianamente o nosso

país, com índices de feminicídios alarmantes e crescentes. A cada uma hora e meia, uma mulher é morta vitimada pela violência. Nos últimos 30 anos, triplicou o número de assassinatos de mulheres.

A lei Maria da Penha, embora progressiva, precisa sair do papel e ser aplicada com medidas preventivas, delegacias especializadas, juizados especiais, casas-abrigo e punição dos agressores. Para isso faltam recursos e vontade política do Governo Dilma.

Ressaltamos também a luta por uma rede pública de educação infantil e de qualidade, uma reivindicação importante, principalmente quando se sabe que apenas 18,4% das crianças de 0 a 3 anos frequentam a educação infantil (Dados do IPEA).

A legalização do aborto é outro ponto importante da pauta das mulheres. No Brasil são realizados mais de um milhão de abortos por ano, com 250 mil internações por complicações decorrentes do procedi-

mento. É a 5ª maior causa de mortes entre mulheres, caracterizando, portanto, um verdadeiro problema de saúde pública, e não de natureza religiosa ou filosófica.

Está na ordem do dia do presente panorama nacional a realização de uma campanha pela legalização do aborto, que passa pela luta contra a direita do Congresso Nacional, dirigida pelo fascista Eduardo Cunha, que através do Projeto de Lei 5069 quer fazer retroagir os direitos já conquistados pelas mulheres.

Lembramos essas três bandeiras de luta das mulheres para exemplificar o quanto é urgente o seu encaminhamento no interior das entidades onde militamos, como forma de fortalecer a luta pela igualdade.

Carmen Padilha

Professora, Militante do Livres/
Movimento de Mulheres do CEDS e
Diretora do SIMPA

A Luta das Mulheres na Periferia

Por Elia Daguerre

Em pleno século XXI, nos deparamos com as mais diversas realidades na vida das mulheres nas periferias. Mulheres pobres, mulheres negras, mulheres com baixo nível de escolaridade, mulheres separadas, mulheres solteiras, mulheres submissas às condições de casamentos infelizes e opressivos. Mulheres que crescem, ainda hoje, submetidas a uma construção social que determina que elas devem casar, ter filhos, cozinhar, saber cuidar da casa e do marido. Estudar e ter independência financeira ainda são conquistas distantes na visão de muitas mulheres na periferia.

Não podemos criar nossas filhas e filhos com a mentalidade de que mulher tem que ficar em casa cuidando dos afazeres domésticos. É preciso desconstruir essa “educação” herdada de nossos avós e pais; as mulheres não podem ficar dependendo de nenhuma figura masculina para sobreviver, seja financeira ou sentimentalmente. Mas, para isso, é preciso que as mulheres sejam empoderadas, compreendendo que o caminho para sua liberdade e plenitude somente virá por esse empoderamento. Só assim podemos ganhar visibilidade no mundo e sermos tratadas com respeito e dignidade.

Muitas mulheres ainda são reféns de relacionamentos emocional e fisicamente abusivos. Apesar de a Lei Maria da Penha

estar em vigor há quase dez anos, os equipamentos sociais para garantir os direitos das mulheres são muito escassos nas zonas periféricas. Nós temos o direito de escolher com quem vamos dividir nossa vida e, para isso, é essencial uma presença maior de suporte social a essas mulheres. Da mesma forma, a orientação jurídica para buscar os direitos dos filhos numa separação muitas vezes é dada apenas por associações de moradores e advogados voluntários. As unidades de atendimento da Defensoria Pública geralmente se localizam nos centros das cidades, e nem sempre essas mulheres têm como arcar com os custos dos transportes ou com quem deixar os filhos. Não é nada fácil sustentar os filhos sozinha. Educar, orientar, vestir, alimentar e dar o mínimo de conforto e lazer para que eles tenham estudo, estrutura, desenvolvimento psicológico e serem cidadãos e cidadãs plenos.

A mulher sofre diversas formas de discriminação na sociedade brasileira, que se estrutura de forma machista e conservadora. Isso é ainda mais forte nas periferias. Sofre discriminação se não tem marido, se é lésbica, se cria os filhos sozinha, se não tem filhos. As oportunidades de emprego são negadas e, quando consegue um emprego, ganha menos e é colocada em funções inferiores às dos homens – muitas vezes ten-



do igual ou até maior capacitação que eles. Por outro lado, essas mesmas mulheres são forjadas em dificuldades desde que nascem, e muitas delas se tornam líderes comunitárias, líderes religiosas e organizadoras de lutas por melhorias em suas comunidades. A força dessas mulheres vem da necessidade de matar um leão por dia para sobreviver.

A mulher da atualidade e da periferia não pode criar seus filhos e filhas nas mesmas normas em que foi criada, é preciso pensar, querer, desejar uma vida e um futuro diferente para elas e para as próximas gerações. Construir uma sociedade em que as mulheres tenham mais direitos não é fácil. Talvez se fosse fácil sobreviver a tantas diversidades ser mulher não seria tão interessante. Independentemente da nossa origem, é preciso que a mulher conheça seus direitos; que não seja marginalizada ou chamada de vadia pela roupa que usa ou com quem sai, que não seja ultrajada com indesejadas cantadas masculinas, que tenha o livre arbítrio de expressar e viver sua orientação sexual e de decidir se quer ser solteira, casada ou ficar sozinha. Para ter liberdade e ser dona de sua vida, é preciso que a mulher determine se ela quer ter filhos e quantos e quando quer tê-los. Se a gravidez for indesejada, que tenha o direito ao aborto, e que este seja garantido na lei. Ninguém tem o direito de exigir maternidade de uma mulher se ela não quiser.

Continuar exigindo que as mulheres façam o que não querem significa repetir o ciclo de vida de décadas e séculos passados. Precisamos evoluir cada vez mais. Uma evolução que ocorrerá somente se a mulher tiver

autonomia e poder de decisão em sua vida. A mulher que vive em condições de submissão adocece mais. Será sempre uma escrava de uma construção social que precisa ser eliminada de nossas próximas gerações. A luta da mulher por liberdade e igualdade deverá ser a maior conquista deste século, e isto deverá acontecer com união entre todas nós, feministas. Não mais permitiremos que em nenhum lugar do mundo sejamos usadas como mão-de-obra barata, que soframos assédio moral ou sexual ou que alguém nos diga que somos culpadas pelas violências que sofremos. Temos que fazer uma revolução no século XXI, ocupando nossos espaços, lutando por nossa dignidade feminina e dizendo não às ideias machistas que imperam em nossa sociedade. É necessária à participação da mulher nos movimentos feministas, estudantis, LGBT, por moradia digna, por melhores salários e nas construções e decisões políticas de todas as instâncias da sociedade. Por mais conhecimento e reconhecimento, mais respeito, mais dignidade, a mulher na periferia tem que começar a buscar o controle social através das associações de moradores, dos conselhos locais de saúde e de todo e qualquer espaço público que existir.

Precisamos fazer uma revolução. E ela será feminista e periférica, ou não será!

Elia Daguerre

Agente Comunitária de Saúde em
Porto Alegre e bacharelanda em Saúde
Coletiva/UFRGS

Balanta: aqueles que resistem

Por Negralisi

Recebi o convite para escrever aqui sobre as mães e o quanto as Universidades estão atrasadas quanto a esse grupo de mulheres que ingressam no ensino superior, estas que também acreditam na educação como uma das várias formas de emancipação. Não sabia como dizer tanta coisa.

Históricamente vivemos em uma sociedade em que suas bases sociais se estabelecem através da exploração da mão de obra de muitos para o bem estar de poucos, onde tudo é voltado para o lucro, corpos viram meras forças reprodutoras de trabalho e diversas relações de segregação e violência são utilizadas para legitimar comportamentos e padrões que culminam na manutenção do sistema, como o machismo, o racismo e a homofobia. Em 1916 o homem era reconhecido como chefe legítimo da família, apenas na constituição de 1988 se estabeleceu igualmente deveres e responsabilidades naos cônjuges, não que isso de fato se aplique no nosso cotidiano. As relações familiares/sociais mostram na prática que ainda é esse e só esse o papel que a mulher pode exercer socialmente. Estamos aqui pra dizer que não. Temos muitos lugares para ocupar e transformar.

Na educação temos um enorme exemplo de como os espaços públicos sempre foram destinados aos homens, e quanto a nós, o que nos é destinado socialmente? Enquanto mulheres, somos desde pequenas ensinadas ao apelo do cuidado e organização familiar. A educação chega até nós da forma mais machista e segregadora possível. Temos acesso e alcançamos espaços limitados ao nosso papel "social" estabelecido: cursos de corte e costura, aprendizado de afazeres domésticos, profissões tidas como "maternas" (pois delegam cuidado, afeto, etc), como professoras, enfermeiras, etc.

Aos poucos estamos conseguindo nos enxergar enquanto MULHER e avançar coletivamente para construirmos uma sociedade mais equânime. Dentro do âmbito da educação já conseguimos dar alguns passos, que são muito importantes. Mas, ainda assim, na nossa história recente, apenas através de um decreto Imperial, em 1879, que pudemos acessar o ensino superior e receber um título acadêmico. Perpassa por isto o fato de que ainda vivíamos no período de escravidão, selecionava-se, assim, já as mulheres que poderiam estar nesse espaço e pra qual funcionalidade cada uma



Balanta: Grupo étnico de Guiné Bissau, significa aquelas que resistem. São conhecidas assim pois resistiram à dominação portuguesa devido a sua organização social (Armazenamento Tradicional na Guiné-Bissau, Olavo Borges de Oliveira, Philip J. Havik, 1993).

servia. Nós, mulheres negras, ainda ocupávamos a casa grande. Foi apenas em 1945 que tivemos a primeira mulher negra a se graduar, Enedina Alves Marques, que foi a primeira Engenheira Civil do Brasil.

Dentro dos muros das Universidades, a estrutura dos cursos não reflete a realidade do estudante trabalhador, tampouco das mães que têm adentrado a este espaço através de muita luta e organização, seja em cursinhos populares, pelo processo de cotas ou por muita mobilização dos movimentos sociais. A delimitação dos locais da classe trabalhadora e como essas estruturas funcionam para que boa parte da população não as acesse, não se empodere, não tome conta de sua história e de outros espaços, tem sido uma política direta de ataque à classe.

Coloco aqui meu lugar de fala para que possamos compreender a ótica apresentada. Eu, enquanto negra, mãe, periférica e estudante de um curso de saúde, vivo esse "não existir" nesse espaço. Vivenciamos a solidão do cuidado com os nossos filhos. A educação, que deveria ser coletiva e social, acaba sendo uma responsabilidade apenas da mãe. Isso te segregá de espaços, de estudos, de cumprir qualquer outra atividade que não seja a socialmente destinada às mães. E os espaços públicos auxiliam no cumprimento desse papel. Passamos por um grande período de retrocesso, onde há a tentativa inclusiva de proibir a amamentação em locais públicos. Também há o PL proibindo o uso da pílula do dia seguinte, tirando a pouca autonomia que conquistamos sobre os nossos corpos.

Mães estudantes muitas vezes levam o dobro ou o triplo do tempo para se formar, pois além dos pontos sociais aqui já levantados, não há o apoio institucional. As Universidades não disponibilizam creches,

ou atividades de turno integral ou inverso, para as estudantes. Na UFRGS, a casa do Estudante não aceita mães (tivemos inclusive o caso de uma mãe que foi expulsa e teve que entrar com mandado de segurança para permanecer na casa, mas assim que ganhou foi convidada a se retirar desse espaço). Deveríamos pensar espaços para essas crianças, as creches/escolas abrem às 7h30min, quando não estão fechadas por falta de verba, violências, e a iniciativa pública lava as mãos quanto a isso. As instituições privadas cobram valores exorbitantes por curtos espaços de tempo. Com a atual conjuntura, quem tem condições de pagar uma escola/creche? A educação não é para ser um direito garantido a todos? Passa-se então essa responsabilidade ao meio privado, que há muito tempo vem tentando transformar a educação em algo apenas para produzir mais força de trabalho "capacitada", apenas com o necessário para não confrontar o sistema, e as mães estão a mercê disso, como estepe da sequência desse ciclo. E novamente não discutimos coletivamente a educação e criação dessas crianças, isentamos a sociedade de cumprir seu papel social, e tudo gira em torno dessa criança, mas a única pessoa que cumpre essas tarefas é a mãe.

As aulas em diversos turnos, muitas vezes em locais diferentes da cidade, sem contar a dupla/tripla jornada de trabalho exercida por essas mulheres, impedem a formação no tempo certo e a permanência das mesmas nesse espaço. Precisamos pensar políticas públicas efetivas para que as mães possam não só adentrar nas universidades, mas também permanecer e completar seu ensino superior. Temos hoje, como algumas políticas, um auxílio financeiro que não chega a R\$ 100, casas de estudantes que não abrigam mães e filhos e creches que abarcam apenas os filhos e filhas de funcionários.

Não nos enganemos, a falta de acesso e de políticas de permanência de mães nas universidades é algo pensado por essas instituições. Para o capital, o que vale é o lucro e a mão de obra mais barata possível. Por que termos mulheres nesses espaços, se você tem que pagar licença maternidade, se você tem que liberar para amamentação? Não nos querem nesses espaços, pois transformamos eles cotidianamente e provamos isso a todo momento.

Necessitamos da união dos movimentos social/estudantil/secundarista/negro, etc, para pensarmos coletivamente alternativas para avançar nesse espaço, e não jogar apenas no colo da educação a responsabilidade de estarmos juntos na criação das nossas crianças. A creche/escola é um passo importante? Sim, mas para além disso precisamos pensar na divisão de tarefas. Temos que lutar por equidade nesses espaços, precisamos nos olhar enquanto uma classe diversa não só em raça, como também em gênero. Precisamos estar ocupando esses lugares para transformá-los.

Por quanto tempo mais teremos que levar nossos filhos para nossos locais de trabalho, nossas salas de aula e sermos constrangidas ou convidadas a nos retirar? Por quanto tempo manteremos o privilégio da educação e formação apenas para os homens ou uma parte abastada dessa sociedade, se a classe trabalhadora tudo produz a ela tudo pertence?

Precisamos lutar em conjunto para que nós, enquanto mães, possamos mudar esse mundo através de todos os espaços que existem nele. Que a representatividade esteja nas salas de aula, nos postos de saúde, nos laboratórios, nas mídias, nos parlamentos. Que ela esteja onde nós quisermos

ocupar, pois lugar de mulher é onde ela quiser. Mas para que isso se efetive necessitamos olhar nosso local de fala e compreender que, na trincheira de luta, estamos muitos passos atrás e só andando juntas poderemos avançar!

Somos aquelas que resistem ao machismo, à homofobia, ao racismo, à objetificação dos nossos corpos, a toda forma de violência possível. Seguiremos assim firmes e fortes, resistindo a esse sistema que nos segregá e tenta nos privar de espaços que são nossos, sim! Vai ter muita mãe nas universidades. Vai ter mãe preta, mãe lésbica, mãe trans, mãe nova e mãe velha. Vai ter mãe aonde a gente quiser. Vai ter creche/escola, sim, mas, acima de tudo, nós teremos divisão de tarefas - não delegando para outras mulheres o cuidado, mas sim dividindo com o meio social também o cuidado, a jornada, dividindo essa criação com todos a nossa volta, que fazem parte do ciclo dessa criança.

Referências:

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade. Em <http://www.ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/7106/enedina-alves-marques-a-primeira-engenheira-negra-do-brasil-1913-1981>

Constituição da República Federativa do Brasil.

Agência de Ciência e Cultura da Universidade Federal da Bahia.

Neuralisi

Militante do Movimento Negro,
estudante de Enfermagem,
mãe do Dudu

Contra o machismo nas escolas: lute como uma menina



Por Marcela Pellin e Fabiana Amorim

Um dos nossos primeiros - e muitas vezes mais traumáticos - contatos com o machismo é na escola. Um espaço nem um pouco preparado para enfrentar os embates de gênero, muito menos os problemas que rondam as meninas para além dos muros da escola. Segundo uma pesquisa dos institutos Vladimir Herzog e Patrícia Galvão, com mais de 2.300 mulheres de 14 a 24 anos, 74% das meninas afirmam ter recebido um tratamento diferente em sua criação por serem mulheres; 90% dizem que deixaram de fazer alguma coisa por medo da violência, como usar determinadas roupas e frequentar espaços públicos, e 77% acham que o machismo afetou seu desenvolvimento.

Essa escola parada no tempo, que desde cedo reprime e coloca a culpa nas meninas que usam short, que separa "coisas de menina" e "coisas de menino", que é muitas vezes conivente com o assédio, precisa ser virada do avesso. Ao invés de uma escola berço do conservadorismo, queremos uma escola de direitos. Na contramão disso, no ano de 2015, em Porto Alegre, nem a Câmara Municipal nem a Assembleia Legislativa do RS aprovaram nos seus planos de educação a inclusão do debate de gênero nas escolas, que seria peça fundamental

para uma educação que desconstrua o machismo e a LGBTfobia na raiz.

Para garantirmos uma escola e uma educação de direitos também é necessário que a juventude tenha passe livre estudantil, pois, sobretudo para as meninas pobres, conseguir ir até a escola já é uma batalha. Temos que cuidar dos irmãos, da casa, trabalhar e, em muitos casos, cuidar de nossos filhos.

Felizmente já não mais nos calamos frente a essa realidade. As secundaristas são parte fundamental da primavera das mulheres, que ocupa as redes, as artes e as ruas do Brasil. As campanhas #MeuPrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto, em conjunto com as mobilizações de rua contra a PL 5069 do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB), que restringe o uso da pílula do dia seguinte, foram uma expressão de emponderamento das mulheres em todo o país.

Foram mais de 82 mil tweets de relatos de assédio físico ou psicológico - e até de casos de estupro. O Brasil ocupa o 7º lugar no ranking mundial de violência contra a mulher. Não é à toa que a violência de gênero contra mulheres adultas e adoles-

centes ocorre quase que sistematicamente, no entanto estima-se que as jovens mulheres sofram ainda mais, pois se encontram num contexto de maior vulnerabilidade, seja pela baixa idade ou pela dependência econômica. Consequentemente, ser mulher e jovem nos torna ainda mais invisíveis perante as leis de amparo por dois principais motivos: por se tratar de uma questão de gênero e por se tratar, na maioria dos casos, de agressões que ocorrem pela ação de pais, padrastos, tios e namorados. Ou seja, trata-se de uma violência ainda naturalizada e as relações familiares, nestes casos, contribuem para mascará-la.

Assim como as secundaristas de São Paulo, que ocuparam mais 200 escolas, queremos mostrar que menina pode e deve ocupar a política. Seremos cada vez mais linha de frente dos grêmios estudantis e passeatas, emparedando o Estado, que não garante nossos direitos, e ensinando para a sociedade uma nova forma de lutar. A nova geração de feministas vai mudar o Brasil. Lute como uma menina!

Por Marcela Pellin e Fabiana Amorim

Juntos nas Escolas!



DICAS DE FILMES E LIVROS



Filmes

Em tempos de visibilidade do protagonismo feminino nas telas e premiações no mundo do cinema, sugerimos uma lista de filmes e documentários brasileiros e estrangeiros que retratam as mulheres em suas diferentes dimensões.

25 de julho - Feminismo Negro Contado em Primeira Pessoa

Dirigido por Avelino Regicida. Brasil, 2013.

O filme discute a importância e significado do Dia da Mulher Afro Latino-Americana e Caribenha (25 de julho), ao retratar a história de doze mulheres negras que moram na periferia de São Paulo, lutando diariamente contra a opressão. Busca romper com a invisibilidade do dia a dia, que é desconhecida pela maioria das pessoas.

Acorda, Raimundo... Acorda!

Dirigido por Alfredo Alves. Brasil, 1990.

Curta-metragem que aborda a construção social do gênero a partir da vida de um casal de trabalhadores brasileiros que acordam em papéis inversos: Raimundo é dono de casa e cumpre tarefas e comportamentos que seriam próprios de sua mulher Marta, e vice-versa. A partir do recurso do estranhamento e da inversão de papéis entre homens e mulheres, retrata os conflitos e o machismo presente na vida de muitas famílias brasileiras.

A fonte das mulheres

La Source des Femmes. Dirigido por Radu Mihaileanu. França, 2011.

Apresenta a história de mulheres de uma aldeia de tradições islâmicas situada entre a África e o Oriente Médio, que resolvem fazer uma “greve de sexo” para enfrentar a condição de machismo a que estão submetidas (segundo as regras da aldeia, elas são responsáveis por buscar água para as famílias do vilarejo, que sofrem da seca, caminhando grandes distâncias em baixo de sol escaldante, enquanto seus maridos ficam em casa bebendo e jogando). A polêmica decisão provoca uma verdadeira revolução cultural no povoado.

Anjos do Sol

Dirigido por Rudi Lagemann. Brasil, 2006.

O filme aborda a triste realidade da prostituição infantil no Brasil. Vendida em um leilão de virgens, Maria vai para um prostíbulo num garimpo na floresta amazônica. Mesmo conseguindo fugir e ir para o Rio de Janeiro, a prostituição segue sendo seu caminho.

As Hiper Mulheres

Dirigido por Carlos Fausto, Leonardo Sette, Takumã Kuikuro. Brasil, 2011.

Documentário que retrata o maior ritual feminino feito por mulheres indígenas da tribo Kuikuro, localizada no Alto Xingu, em Mato Grosso: o Jamurikumalu. Revela o cotidiano, as músicas tradicionais e sagradas e as relações de gênero que permeiam a realidade dos índios dessa tribo.

As Horas

The Hours. Dirigido por Stephen Daldry. Estados Unidos/Inglaterra, 2002.

Inspirado no romance de Virginia Woolf, "Mrs. Dalloway", o enredo trata da história de três mulheres em três épocas diferentes: da própria Virginia Woolf que, em 1923, escrevia "Mrs. Dalloway" e lutava contra uma crise de depressão e ideias de suicídio; de Laura Brown, uma dona de casa grávida na Los Angeles de 1949, que vive uma condição de depressão comum às mulheres de classe média nos Estados Unidos do pós-guerra; de Clarissa Vaughn, uma mulher moderna de Nova York, que dá uma festa para o escritor Richard, um amigo e ex-amante que tem Aids e está morrendo. As três histórias se entrelaçam tendo como ponto comum o romance "Mrs. Dalloway" e o retrato da drama existencial relacionado à condição feminina.

As Sufragistas

Suffragette. Dirigido por Sarah Gavron. Reino Unido, 2015.

Através da história de Maud Watts, uma trabalhadora de lavanderia que se envolve com o movimento sufragista, o drama histórico retrata a luta feita pelas mulheres no início do século XX na Inglaterra pelo direito

ao voto feminino. Um bom retrato do contexto de emergência do movimento sufragista e de como era a vida das mulheres que decidiram enfrentar a condição de sujeição que viviam no trabalho e no lar, bem como a opressão da polícia e da justiça, pela conquista de autonomia e mais direitos para as mulheres.

Azul é a cor mais quente

La Vie d'Adèle. Dirigido por Abdellatif Kechiche. França/Bélgica/Espanha, 2013.

História de Adèle, uma garota de 15 anos que descobre na cor azul dos cabelos de Emma sua primeira paixão por outra mulher. Sem poder revelar a ninguém seus desejos, ela mantém este amor secreto, enquanto trava uma guerra com sua família e com a moral vigente.

Cairo 678

Dirigido por Mohamed Diab. Egito 2012.

O drama expõe o abuso sexual e preconceito contra as mulheres no país. Baseado na história real da primeira mulher a apresentar uma queixa na justiça por assédio sexual e de outras duas, uma dona de casa que tem medo de usar o transporte público e uma rica designer de joias violentada durante um jogo de futebol e que passa a ensinar outras mulheres a se defenderem.

Doméstica

Dirigido por Gabriel Mascaro. Brasil, 2013.

Documentário montado a partir da filmagem feita por sete adolescentes de diferentes regiões e classes sociais do cotidiano de suas empregadas domésticas. O diretor deu uma câmera para cada adolescente, montando o documentário a partir do material bruto recolhido por eles.

Erin Brockovich

Erin Brockovich. Dirigido por Steven Soderbergh. Estados Unidos, 2000.

Filme biográfico que retrata a história de Erin, mãe solteira de três filhos que trabalha num pequeno escritório de advocacia. Ela luta contra a empresa de energia Pacific Gas and Electric Company (PG&E), após descobrir que a água de uma cidade está sendo contaminada e espalhando doenças entre seus habitantes.

Filhas do Vento

Dirigido por Joel Zito Araújo. Brasil, 2005.

Com elenco formado por atores negros, conta a história de duas irmãs (Cida e Jú) que vivem em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais. Tem como pano de fundo os fantasmas do racismo e da escravidão.

Fim do silêncio - Um filme sobre o aborto inseguro

Dirigido por Thereza Jessourom. Brasil, 2008.

Mulheres de distintas idades e realidades contam sua experiência com o aborto inseguro, dando visibilidade a este grave problema de saúde pública, ainda tratado como tabu.

Flores Raras

Dirigido por Bruno Barreto. Brasil, 2013.

Num dos raros protagonismos de casais homossexuais no cinema brasileiro, retrata o relacionamento lésbico da poetisa americana Elizabeth Bishop com a arquiteta brasileira Lota de Macedo, com seus excessos e belezas, num contexto de ditadura militar.

Frida

Frida. Dirigido por Julie Taymor. Estados Unidos/Canadá/México, 2003.

Filme que retrata a vida da pintora mexicana Frida Kahlo, abordando sua vida amorosa e artística, da adolescência até sua morte.

Garota Dinamarquesa

The Danish Girl. Dirigido por Tom Hooper. Estados Unidos, 2016

História verídica de Lili Elbe, primeira mulher transsexual a se submeter a uma cirurgia de redesignação genital, e Gerda, companheira que esteve ao seu lado.

Garota, interrompida

Girl, Interrupted. Dirigido por James Mangold. Estados Unidos, 1999.

Conta a história de Susanna Kaysen, uma garota nos EUA dos anos 1960 que tem o plano de ser escritora, mas após tomar um vidro de aspirina com vodca é diagnosticada com distúrbio de personalidade e levada pra um Centro de Reabilitação, onde só são internadas garotas consideradas "desajustadas" do convívio em sociedade.

Girl Rising

Girl Rising. Dirigido por Richard Robbins. Estados Unidos, 2013.

Conta as histórias de nove meninas que vivem em países pobres (Camboja, Nepal, Índia, Egito, Peru, Haiti, Serra Leoa, Etiópia e Afeganistão) e enfrentam circunstâncias adversas para conseguir acesso à educação.

Histórias Cruzadas

The Help. Dirigido por Tate Taylor. Emirados Árabes Unidos/Estados Unidos/Índia, 2011.

Ambientada numa pequena cidade no estado do Mississipi, durante a gestação do movimento dos direitos civis nos EUA na década de 1960, relata a história de mulheres negras que trabalham como domésticas e a opressão que sofrem ao abandonar suas vidas para criar os filhos da elite branca norte-americana.

Lei da Mulher

Dirigido por Juan Zapata. Brasil, 2010.

Curta-metragem documental que traz a tona histórias de diferentes mulheres que foram vítimas da violência – sexual, moral ou psicológica. Aborda os avanços trazidos pela Lei Maria da Penha.

Libertem Angela Davis

Free Angela. Dirigido por Shola Lynch. França/ Estados Unidos, 2014.

Documentário que retrata a vida de Angela Davis, professora de filosofia nascida no Alabama (EUA) e conhecida por seu profundo engajamento em defesa dos direitos das mulheres, negros e oprimidos. Ex-militante do grupo Panteras Negras, Angela Davis chegou a entrar na lista das pessoas mais procuradas pelo FBI e, atualmente, é uma das maiores referências do movimento negro, feminista e anticapitalista.

Mercedes Sosa – A voz da América Latina

Mercedes Sosa, *La voz de Latinoamerica*. Dirigido por Rodrigo Vila. Argentina, 2013.

Documentário que aborda o legado da cantora latino-americana Mercedes Sosa.

O Aborto dos Outros

Dirigido por Carla Gallo. Brasil, 2008.

Documentário que registra situações de abortos realizados em hospitais públicos - previstos em lei ou autorizados judicialmente - e clandestinos. Expõe suas causas e consequências, evidenciando os efeitos da criminalização para as mulheres.

Pariah

Pariah. Dirigido por Dee Rees. Estados Unidos, 2011.

Conta a história de Alike, uma garota negra e lésbica de 17 anos que vive no Brooklyn (EUA) e sofre diversos conflitos em busca das condições para conseguir afirmar sua identidade sexual.

Que bom te ver viva

Dirigido por Lúcia Murat. Brasil, 1989.

Relata a história de mulheres que foram presas políticas durante a ditadura militar brasileira e enfrentaram situações de tortura. O filme intercala cenas documentais com um monólogo ficcional, que é um amálgama dos relatos e das memórias dessas mulheres.

Que horas ela volta?

Dirigido por Anna Muylaert. Brasil, 2015.

Relata a história de Val, nordestina que deixa sua filha nos cuidados de familiares em Pernambuco para trabalhar como empregada doméstica numa família de classe



alta em São Paulo. A trama gira em torno do momento em que a filha de Val aparece, 13 anos depois, para prestar vestibular na USP. Ao entrar em contato com a realidade da mãe, a filha começa a questionar a vida e a atitude subserviente que Val possui diante dos patrões.

Sonhos roubados

Dirigido por Sandra Werneck. Brasil, 2010.

Retrato da vida de três adolescentes moradoras de uma comunidade carioca que encontram na prostituição uma maneira de conseguir dinheiro para complementar a renda doméstica e satisfazer seus sonhos de consumo. Mesmo com os problemas do dia-a-dia, elas tentam sonhar com um futuro melhor.

Transamerica

Transamerica. Dirigido por Duncan Tucker. Estados Unidos, 2005.

História de uma mulher transexual chamada Bree que, uma semana antes de fazer a cirurgia de transgenitalização, descobre ter um filho de 17 anos que precisa de ajuda.

Uma história Severina

Dirigido por Débora Diniz e Eliane Brum. Brasil, 2005.

Narra o sofrimento de Severina, moradora do interior de Pernambuco, que, junto com seu marido, peregrina em busca do direito de abortar o feto anencéfalo que carrega no útero.

Vidas de Carolina

Dirigido por Jéssica Queiroz. Brasil, 2013.

Inspirado na vida da catadora de lixo e escritora da década de 1940, Carolina Maria de Jesus, conta a história de mulheres que sobrevivem atualmente da coleta de resíduos.

Violeta foi para o céu

Violeta se fue a los cielos. Dirigida por Andrés Wood. Chile/Argentina/Brasil, 2011.

Drama biográfico sobre a vida da pintora e cantora chilena Violeta Parra, que retratou a vida de seu povo sofrido

Volver

Volver. Dirigido por Pedro Almodóvar. Espanha, 2006.

Retrata os conflitos que permeiam a história de três gerações de mulheres de uma família: Raimunda, casada com um operário desempregado, e sua irmã, que ganha a vida como cabeleireira; a filha adolescente de Raimunda; e sua mãe, morta num incêndio. O fantasma da mãe regressa à terra para ajudá-las e para resolver assuntos pendentes.

What Happened, Miss Simone?

What Happened, Miss Simone?. Dirigido por Liz Garbus. Estados Unidos, 2015.

Documentário biográfico sobre a vida da cantora, pianista e ativista do movimento negro Nina Simone.



Livros

A escrita foi uma atividade largamente ausente na vida das mulheres até começo do século XX, pois era considerada incompatível ao trabalho braçal a elas designado nos afazeres domésticos, bem como pelo fato dos homens considerarem as mulheres “inferiores” para exercerem qualquer tipo de atividade intelectual. As indicações listadas a seguir representam uma breve amostra de como essa realidade mudou. Apresentamos alguns livros, romances, ficções, estudos e pesquisas que podem ser úteis para conhecer histórias de vida diversas, bem como o protagonismo das mulheres na literatura e na ciência.

A cor púrpura

Alice Walker. Editora José Olympio, 2016.

O livro narra a história de Celie e a condição de vida extremamente desfavorável pelas quais passavam as mulheres negras e pobres no Sul dos Estados Unidos. Tem como plano de fundo o racismo, o machismo, o patriarcado, o assédio, a religiosidade, as carências educacionais para as mulheres, entre outros temas.

A mulher brasileira nos espaços público e privado

Gustavo Venturi; Marisol Recamán; Suely de Oliveira (Orgs.). Editora Perseu Abramo, 2010.

Pesquisa realizada a partir de perguntas de opinião destinadas a homens e mulheres sobre o papel das mulheres brasileiras na sociedade. Entre os temas abordados no estudo estão: feminismo e machismo; divisão sexual do trabalho e tempo livre; corpo, mídia e sexualidade; saúde reprodutiva e aborto; violência doméstica e democracia, mulher e política.

A mulher na sociedade de classes – mito e realidade

Heleith Saffioti. Editora Expressão Popular, 2013.

Estudo teórico que analisa a situação das mulheres como um efeito da sociedade de classes. A autora defende a necessidade de se pensar o problema da mulher como indissociável das contradições do regime capitalista, de maneira a mostrar como o machismo se construiu historicamente como uma forma conveniente para a conservação da estrutura de classes no capitalismo.

A Nova Mulher e A Moral Sexual

Alexandra Kolontai. Editora Expressão Popular, 2011.

Alexandra Kolontai foi uma das lideranças da Revolução Russa. O livro reflete o aprendizado político e as conquistas do socialismo na construção das novas relações de classe e gênero. Expõe uma reorientação no comportamento do homem e da mulher,

tendo em vista a nova estrutura social que a revolução engendrou: um amor-compa-
nheiro, com direitos e responsabilidades
iguais, com respeito à individualidade, com
apoio mútuo.

Como se ensina a ser menina – o sexismo na escola

Montserrat Moreno. Editora Moderna, 1999.

A escola é uma das instituições sociais res-
ponsáveis por reproduzir valores e atitudes,
ensinando e atribuindo determinados pa-
péis e espaços sociais a homens e mulhe-
res. Este livro propõe um questionamento
da função social da escola, defendendo que
ela deve recusar os pretensos fundamentos
científicos que justificam a discriminação
da mulher e ensinar meninos e meninas a
percorrer caminhos e pensamentos novos e
mais criativos.

Dicionário crítico do feminismo

Helena Hirata (Org.). Editora Unesp, 2009.

Dicionário que estimula a reflexão crítica
sobre a construção social de gênero, por
meio de uma coletânea de verbetes redigidos
por autoras especializadas em diferen-
tes temáticas.

Dicionário de Mulheres do Brasil

Schmidt Shumaher (org.). Editora Zahar,
2000.

Dicionário que resgata a história do Brasil
pela perspectiva das mulheres e seus anos
de luta por direitos no país – de Abigail An-
drade a Zuzu Angel, passando por Bertha

Lutz, Clarice Lispector, Escrava Anastácia,
Princesa Leopoldina e outras inúmeras
mulheres.

“Eu sou Malala” – A histó- ria da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã

Malala Yousafzai. Editora Companhia das
Letras, 2012.

História de Malala, uma garota do Paquistão
que lutou pelo direito à educação feminina,
numa região marcada pela desigualdade so-
cial, com vida sob o regime Talibã, em meio
a uma sociedade que valoriza os filhos ho-
mens e não as mulheres.

Feminismo e consciência de classe no Brasil

Mirela Cisne. Editora Cortez, 2014.

Estudo sobre o movimento feminista brasi-
leiro e a formação da consciência militante
das mulheres na luta de classes.

Feminismo e política

Flávia Birolí e Luis Felipe Miguel (Orgs.).
Editora Boitempo, 2014.

Faz um panorama das principais contribui-
ções da teoria política feminista produzida
desde os anos 1980, apresentando um
mapa das posições de diferentes autoras
e correntes.

Mulher, Estado e Revolução

Wendy Goldman. Editora Boitempo, 2014.

Livro que examina as mudanças sociais pela

qual passou a sociedade soviética nas duas primeiras décadas após a Revolução Russa de 1917, com foco nas mulheres e na relação que estabeleceram com o Estado revolucionário. Faz um retrato das experiências de libertação da mulher e das conquistas que obtiveram, compartilhando as discussões que foram feitas à época em relação ao aborto, socialização das tarefas domésticas, amor livre, etc.

O conto da Aia

Margaret Atwood. Editora Rocco, 2006.

Romance distópico que explora questões como dominação social, gênero e raça por meio da história Aia, serva de um importante oficial e sua mulher. Aia pertence a uma classe de mulheres mantidas como concubinas, tendo como função a reprodução para a classe dominante, em uma era em que nascimentos estão comprometidos devido à esterilidade da população e doenças sexualmente transmissíveis.

O Mito da Beleza

Naomi Wolf. Editora Rocco, 1992.

Livro com dados estatístico que mostra como as imagens produzidas pela indústria da beleza provocam profundos efeitos na mulher e em sua resistência psicológica e material. Defende a ideia de que é imprescindível derrubar o mito da beleza para que as mulheres conquistem igualdade em todos os campos.

O quarto de despejo: diário de uma favelada

Carolina de Jesus. Editora Ática, 2007.

No livro, Maria de Jesus, uma favelada,

escreve em seu diário o seu dia a dia nas comunidades pobres da cidade de São Paulo. Seu texto é considerado um marco na escrita feita por mulheres no Brasil.

O que é feminismo? (col. primeiros passos)

Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy.
Editora Brasiliense, 1981.

Pequeno livro que explica de forma simples e didática o que é feminismo.

O Segundo Sexo

Simone de Beauvoir. Editora Nova Fronteira, 2009.

A partir da pergunta “o que é ser mulher?”, a renomada filósofa existencialista Simone de Beauvoir procura compreender de que maneira a mulher passou a ocupar a posição secundária de “segundo sexo” em diferentes sociedades. Está dividido em dois volumes: “Fatos e Mitos” e “Experiência Viva”. Nesse livro, encontra-se a célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução

Cláudia Mazzei Nogueira. Editora Expressão Popular.

A partir do estudo das condições de vida de trabalhadoras de telemarketing, o livro faz um panorama da divisão sexual do trabalho, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva. Tendo em vista a atual feminização do mundo do trabalho, a autora realiza uma incursão empírica para explicitar alguns traços constitutivos da dupla jornada de

trabalho que caracteriza o cotidiano feminino, caracterizado tanto pela exploração existente no mundo produtivo dos call centers, quanto pela opressão presente em casa.

Persépolis

Marjane Satrapi. Editora Companhia das Letras, 2007.

Autobiografia em quadrinhos que conta a história de Marjane Satrapi, uma iraniana que cresce em meio à revolução islâmica que começou no Irã no final dos anos 1970. Pelo seu olhar crítico, acompanhamos a forma como ela resiste ao fundamentalismo que passou a dominar a escola, os costumes e sua vida.

Sejamos Todos Feministas

Chimamanda Ngozi Adichie. Editora Companhia das Letras,

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie parte de sua experiência pessoal, retomando o dia em que a chamaram de feminista pela primeira vez, para descontruir os significados negativos que o termo carrega e defender sua importância para as mulheres hoje.

Sexo e temperamento em três sociedades primitivas

Margaret Mead. Editora Perspectiva, 2000.

Estudo antropológico sobre a vida de três tribos primitivas da Nova Guiné. A partir do diagnóstico de que cada tribo apresentava uma configuração diferente de papéis sociais destinados a homens e mulheres, expõe a teoria de que os padrões de comportamentos considerados “masculino” e

“feminino” não são fixos, nem determinados pelas diferenças sexuais naturais, mas refletem condicionamentos culturais presente em cada sociedade.

Sobrevivi, posso contar

Maria da Penha. Editora Armazém da Cultura, 2010.

Relata a vida da cearense Maria da Penha, que sofreu caso cruel de violência contra a mulher. Seu caso dá nome à lei nº 11.340 que versa sobre punição e assistência às mulheres vítimas de violência.

Um teto todo seu

Virgínia Woolf. Editora Tordesilhas, 2014.

Ensaio baseado em palestras proferidas pela escritora Virgínia Woolf sobre os obstáculos e condições sociais básicas (materiais e de classe) que as mulheres deveriam enfrentar e garantir no final do século XIX para conseguir se dedicar à atividade da escrita: direito à educação; tempo livre; um espaço a sós, livre de interrupções, alheamentos e desatenções; principalmente, recursos financeiros e a legitimidade social que garantissem essas condições. Woolf instiga as mulheres a encarar esse cenário marcado pela aguda assimetria dos papéis destinados à mulher e ao homem em sociedade.



Contribuições de:

CARMEN PADILHA

COLETIVO JUNTAS!

ELIA DAGUERRE

FABIANA AMORIM

FERNANDA MELCHIONNA

FERNANDA NASCIMENTO

JÚLIA FRANZ

KASSIELE NASCIMENTO

LUCIANA GENRO

LUIZA EDUARDA DO SANTOS

MARCELA PELLIN

MÁRCIA TIBURI

NEGRALISI

ROSANA PINHEIRO-MACHADO

SÂMIA BOMFIM

WINNIE BUENO



Bancada do PSOL na ALERGS
Praça Marechal Deodoro, 101 - 6º Andar
Porto Alegre - CEP 90010-300
Fone: (51) 3210.2950
Email: bancada.psol@al.rs.gov.br

